

**TOMÁS CABREIRA (1865-1918)**  
**FIGURA CIMEIRA DA REPÚBLICA E NOBRE**  
**PRECURSOR DO TURISMO NO ALGARVE**

José Carlos Vilhena Mesquita

*O futuro e o engrandecimento do Algarve estão nas mãos dos filhos dessa abençoada terra e para que ella seja rica e prospera é que foi escripto este livro, por um dos algarvios mais humildes, mas também dos mais fanáticos pela sua terra natal.*

Tomás Cabreira, *O Algarve Económico*, 1918

Um dos maiores vultos da história contemporânea do Algarve foi, sem sombra de dúvida, Tomás Cabreira, cujo espírito progressista e visionário ficaria demonstrado nos modelos de análise económica que usou para planejar o futuro do país, e nomeadamente do seu Algarve natal, idealizando premonitoriamente o Turismo como o sector de maior potencialidade no incremento da economia nacional. Numa altura em que o turismo era ainda uma atividade incipiente – prática exótica da burguesia possidente do sul da Europa – já Tomás Cabreira alertava as autoridades públicas e os empresários para se unirem num projecto de fomento nacional, capaz de oferecer a quem nos visita as melhores condições de alojamento, segurança, conforto e lazer.

Pela sua eloquência e erudição, pela sua linhagem e nobreza de espírito, pela sua conduta moral e cívica, pela sua obra científica e superior acção como estadista... por todos esses predicados se torna difícil estabelecer uma comparação com qualquer outra personalidade algarvia do seu tempo. Creio mesmo que, de entre todas, foi a mais completa. Além de militar, herdeiro genético duma notável plêiade marcial, Tomás Cabreira foi acima de tudo um intelectual, profícuo cultor das ciências e das letras, um espírito superior do saber e da probidade, da integridade moral e da lealdade cívica, um servidor da pátria e da causa pública, que pautou toda a sua existência pela honestidade dos seus procedimentos, mercê da sua indomável perseverança contra a injustiça, a infâmia e a perfídia.

Para melhor entender como evoluiu a vida e obra de Tomás Cabreira, decidimos dividir este nosso trabalho em duas partes distintas, mas não estanques, por forma a tornar a sua leitura mais acessível e menos entediante.

Na primeira parte descrevemos e analisamos o seu trajecto biográfico, reparando-o pelas diferentes fases em que se desenrolaram as suas principais atividades sociais, profissionais, ideológicas políticas e culturais. No fundo, fizemos uma biografia repartida por fases, como se fossem patamares de vida, sem cuidar das sequências cronológicas em que se desenrolou o seu percurso existencial.

Na segunda parte, abordamos o papel pioneiro de Tomás Cabreira na descoberta das invulgares potencialidades do Algarve para o incremento do Turismo, enquanto sector de fomento económico para a sustentabilidade da sua tão almejada autonomia administrativa da região. Na minha humilde opinião cabe a Tomás Cabreira a honra de ter inventado o turismo moderno no Algarve. Não foi um descobridor, como o foram os nossos heroicos argonautas, porque já se falava há muito do Algarve como um dos ignorados paraísos do sul peninsular. A ilustre pena de muitos escritores e jornalistas, nacionais e estrangeiros, já se havia encarregado de falar no assunto. O que ninguém havia antes equacionado eram as suas potencialidades naturais, a par das suas carências, que urgia colmatar para se poder operar rapidamente à sua rentabilização no sector terciário dos serviços e na indústria de fomento económico. E Tomas Cabreira fê-lo de

um modo tão eloquente quanto assertivo, debruçando-se de forma rigorosa, diria mesmo científica, sobre a potencialização dos seus recursos naturais, nos mais diversos aspectos e sectores da vida económica da região. Para o efeito escreveu uma obra, que ainda hoje se deve considerar basilar, e imprescindível, para o conhecimento deste multifário de riquezas naturais e climáticas que é o Algarve. Refiro-me à sua obra intitulado *O Algarve Económico*, que tem servido de modelo a outros estudiosos algarvios, não para a superar, mas para a completar.<sup>1</sup> Que bem ficaria à Câmara de Tavira reeditar esta obra, à semelhança do que já fez anteriormente com outras, que têm servido como fonte de estudo aos nossos jovens estudantes e investigadores.

A acção precursora de Tomás Cabreira na invenção do turismo moderno no Algarve, teve como radícula o Congresso Regional Algarvio de 1915, cujo alvitre, esforço inicial e acção realizadora se ficou a dever quase integralmente a Tomás Cabreira. O seu grande prestígio intelectual, como professor universitário, como político (que acabara de passar pela difícil pasta das Finanças), como coronel do exército e figura cimeira do espírito europeísta, dava-lhe uma aura de glorificado olímpico sobre a simplicidade dos seus humildes comprovincianos. Essa distinção de nobre triunfador conquistou-a anos antes, na frequência de Congressos internacionais realizados em Roma, Berna e Viena, que lhe serviram de modelo para poder reunir o conclave da Praia da Rocha, onde pela primeira vez se falou de turismo como motor de arranque da economia nacional, muito em especial do Algarve, até então quase ignorado da opinião pública, e do próprio governo central.

O que talvez nem toda a gente saiba, é que Tomás Cabreira acalentava a esperança de, através da realização do Congresso Regional Algarvio, poder demonstrar aos governantes a autossustentabilidade da região, cujos réditos fiscais deveriam garantir o seu direito à autonomia administrativa, como aliás havia sido reconhecido aos Acores e à Madeira. Se a essas regiões (que no seu entender não superavam as potencialidades do Algarve) foi reconhecida e atribuída a autonomia administrativa, por que razão não se concedeu iguais direitos ao Algarve? A razão só poderia ser política, porque nenhuma outra província superava o Algarve nas primícias hortícolas, nas riquezas agrícolas e frutícolas, nas suas capacidades industriais no sector da transformação do pescado, na produção salífera, no tráfego mercantil com a Europa e o Mediterrâ-

---

\* José Carlos Vilhena Mesquita é Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutor em Ciências Económicas pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Lecionou nas Universidades de Lisboa e de Huelva e é Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. É autor de mais de trinta títulos sobre História do Algarve.

<sup>1</sup> Com esta alusão aos continuadores de Tomás Cabreira, quero realçar e distinguir o meu saudoso amigo e orientador científico, Prof. Doutor Joaquim Antero Romero Magalhães, cuja a tese de doutoramento teve precisamente a mesma epígrafe, *O Algarve Económico*, focada no período de 1600 a 1773, publicada pela editorial Estampa em 1988, ou seja, oitenta anos depois da edição da obra homónima de Tomás Cabreira.

neo. E, nessa altura, nenhuma outra região do país se podia comparar com o Algarve, no que concerne às potencialidades naturais de desenvolvimento do turismo de lazer e de saúde, onde a eufemisticamente designada “Trindade Maravilhosa”, formada pela triangulação da Praia da Rocha (talassoterapia), com Monchique (termalismo) e Sagres (história), satisfaziam a curiosidade natural e o interesse cultural do turista moderno.

Então, como hoje, o Algarve tinha, e tem, direito à sua autonomia administrativa – que é juridicamente mais abrangente do que o decantada processo de regionalização – mercê dos rendimentos fiscais que auferem com as suas atividades económicas regionais, mormente com o turismo, que tem servido ao longo das últimas décadas como balão de oxigénio da nossa economia nacional.

## O PERCURSO DE VIDA DE UM HOMEM ÍMPAR

Militar, professor, político, escritor e publicista, Thomaz António da Guarda Cabreira, de seu nome completo, nasceu na Rua da Galeria, em Tavira, a 23-1-1865, e faleceu na sua terra-natal, no Largo, que tem hoje o seu nome, a 4-12-1918, com apenas 53 anos de idade, vítima de cirrose hepática. Nada fazia prever o repentino desenlace, até porque dava indícios de se encontrar no auge das suas aptidões intelectuais e no perfeito desenvolvimento das suas qualidades para o combate político e para o exercício da vida pública. A entrada na guerra era uma aspiração da nossa jovem República, pelo que muito havia ainda a esperar do prestigiado coronel Tomás Cabreira, cujo trajecto de vida se adivinhava auspicioso.

Era filho do general de brigada Thomaz António da Guarda Cabreira<sup>2</sup>, nascido e falecido em Tavira (30-4-1822 – 10-1-1886), e de Francisca Emília Hickling de Medeiros Pereira da Silva<sup>3</sup>, natural de Ponta Delgada, nos Açores,

---

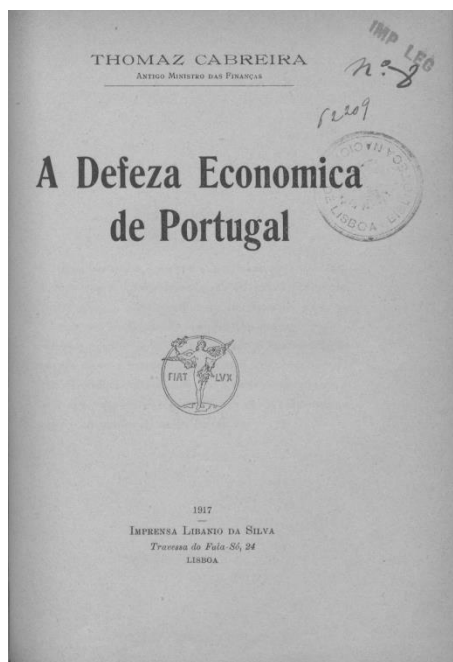
<sup>2</sup> Figura de relevo da fidalguia algarvia, militar distintíssimo e proprietário rural, senhor do Morgado do Patarinho, cujos réditos permitiram a toda a família uma existência de elevado estatuto social e um invejável desafogo financeiro. Distinguiu-se na vida militar pela acção do Alto do Vizo, ocorrida em 1-5-1847, durante a guerra-civil da Patuleia, em que destróçou as tropas do general marquês de Sá da Bandeira, sendo por isso condecorado com a medalha de Valor Militar. Era filho do famoso Marechal de Campo Thomaz António da Guarda Cabreira Correia da Silva da Ponte e Alvelos Drago Valente de Faria (nascido em Castro Marim a 20-10-1792 e falecido em Faro a 21-11-1834), que foi o 1.º Conde de Lagos e o 1.º Visconde do Vale da Mata, Governador das Armas do Algarve durante o reinado de D. Miguel, cujos “inauferíveis direitos” defendeu vitoriosamente na batalha do Vale da Mata, em Messines, travada a 24-4-1834, contra a numerosa divisão militar de Sá da Bandeira, na qual participou o então desconhecido José Joaquim de Sousa Reis, o Remexido. O honrado marechal, fiado na amnistia política, entregou-se após a Convenção de Évora-Monte, sendo cobardemente assassinado na prisão de Faro. Acresce esclarecer que o posto de marechal de campo, que hoje corresponde a major-general, seria agora equivalente a brigadeiro ou tenente-general.

<sup>3</sup> Ignoro as datas de nascimento e falecimento desta ilustre senhora açoriana. Sei, todavia, que era filha de Mateus António Pereira da Silva e de Ana Hickling de Medeiros, estabele-

figuras cimeiras da sociedade algarvia no século XIX. Pela ascendência se percebe que teve berço no seio de uma das mais nobres e distintas famílias algarvias, cuja linhagem parece remontar aos primórdios da nacionalidade. Não era, porém, nessa condição, de privilégio e distinção, que se sentia enraizado na vida, refutando ao longo da sua vida pública muitos dos pergaminhos que o elevavam acima da igualdade, da justiça e da rectidão. No seu coração de livre-pensador sempre acalentou os supremos valores da Revolução Francesa, que o conduziram ao ideário republicano, ao combate pela liberdade, pelos direitos civis e, sobretudo, à cruzada emancipadora das classes laboriosas.^



Tomás Cabreira © Arquivo Histórico Militar,  
PTAHM-FE-010-P47-III-8922M0001



*A Dafeza Economica de Portugal*, 1917.  
© BNP

cidos no trato comercial da cidade de Ponta Delgada, na Ilha de S. Miguel, nos Açores. Tinha uma irmã, Ana Henriqueta Hicking Pereira da Silva, e foi mãe de Tomás António da Guarda Cabreira e António Tomaz da Guarda Cabreira Faria e Alvelos Drago da Ponte, conde de Lagos e brilhante matemático, fundador da Academia das Ciências de Portugal e autor de numerosíssima obra sobre os mais diversos e variados temas científicos.

## A CARREIRA ACADÉMICA E MILITAR

Fez os seus estudos preparatórios em Tavira e Faro, após o que seguiu para Lisboa onde depois de concluir, em 1877, o curso da Escola Nacional optou pela carreira das armas, assentando praça a 14-9-1881 no Regimento de Infantaria, para se matricular a 25-10-1881 na Escola do Exército, concluído em 1883, sendo promovido a alferes em 15-7-1887. Em 1883, tentou prosseguir os estudos matriculando-se no curso de Matemática da Universidade de Coimbra, que não chegou a concluir por ter sido chamado à vida militar.

Em 26-10-1886 matriculou-se na Escola Politécnica de Lisboa, onde concluiu em 9-10-1891 o Curso Geral, tendo sido aluno premiado em várias cadeiras. Em 2-11-1891 voltou a matricular-se na Escola do Exército, onde concluiria em 28-10-1893 o curso de Engenharia Civil, em razão do qual seria, a 30-12-1893, promovido ao posto de Tenente. Em 1896 concorreu a uma vaga de lente nas cadeiras de Química Mineral e Química Orgânica na Escola Politécnica de Lisboa, sendo provido no lugar mediante a apresentação e defesa da tese “Princípios de Stereo-Química”.

Em 1896 teve a honra de ser aceite como sócio correspondente do prestigiado Instituto de Coimbra, em cuja Universidade chegou a frequentar o curso de Ciências Matemáticas, que julgo não ter concluído. Dois anos depois, em 26-5-1898, foi nomeado Lente do quadro efectivo da Escola Politécnica de Lisboa.

Em 1-8-1903 foi promovido a Capitão de Infantaria, após o que se retirou do quadro activo do Exército, cansado que estava das perseguições e injustiças de que vinha sendo alvo por causa das suas ideias republicanas. Como exemplo das perseguições sofridas, lembramos o castigo de seis meses de inatividade militar e detenção no forte Elvas, por integrar as listas de candidatura republicana à autarquia de Lisboa, e ter participado como orador em dois comícios do Partido Republicano. Esse castigo, mandado cumprir na praça de Elvas, está assinado pelo seu amigo e conterrâneo, general Sebastião de Sousa Telles, ao tempo Ministro da Guerra. Apesar disso, o capitão Tomás Cabreira foi eleito vereador, só tomando posse depois de cumprir o castigo militar. As perseguições políticas a que foi sujeito, impediram-no de ascender na carreira, retirando-se por isso da vida castrense.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Na notícia necrológica publicada no “Século” de 7-12-1918, referem-se essas perseguições e os prejuízos causados na ascensão da carreira militar, nos seguintes termos: Tendo sido sempre um convicto e dedicado republicano, no tempo da monarquia esteve seis meses preso, em Elvas, castigado por haver falado n’um comício para a apresentação dos candidatos republicanos à vereação de Lisboa. N’essa ocasião foi eleito vereador, *mas desceu vinte e oito logares na escala de acesso, por motivo do referido castigo disciplinar*”.

Todavia, após a implantação da República seria reintegrado no quadro dos oficiais militares, podendo continuar a progredir na carreira. Por isso, em 24-8-1912 foi promovido a Major; em 12-2-1916 a Tenente-Coronel, e em 27-4-1918 a Coronel.

É bem certo que apesar de ter iniciado, e concluído, o seu percurso existencial na carreira das armas (assentou praça a 14-09-1881 até chegar a Coronel em 27-04-1918), nunca se deixou enredar pela vida castrense, preferindo expor as suas qualidades humanas e aptidões científicas na vida civil. Em todo o caso, importa dizê-lo, Tomás Cabreira foi sempre, e com indisfarçável orgulho, um militar.

Em 11-4-1907, foi eleito vogal fundador da Academia das Ciências de Portugal, nela desempenhando o cargo de segundo-secretário da direcção até à data do seu falecimento. Convém dizer que esta instituição de carácter científico havia sido criada pelo seu irmão, António Cabreira, após um desagradável desentendimento com a consagrada Academia das Ciências de Lisboa.

Ainda em 1907, distinguiu-se como um dos mais acérrimos fundadores da profícua Universidade Popular de Lisboa, que tantos benefícios proporcionou ao Partido Republicano Português, tanto na propaganda política como na educação das massas operárias. O objetivo primacial daquela instituição consistia na promoção da instrução e do autodidatismo das classes trabalhadoras, criando desse modo uma ampla base de sustentação eleitoral do Partido Republicano e um núcleo de difusão política dos ideais republicanos.<sup>5</sup>

Apesar dos objetivos políticos da Universidade Popular, deveu-se ao esforço de Tomás Cabreira a realização de dezenas de conferências, ou aulas palestrantes, sobre assuntos tão diversos e curiosos como antropologia física (o que era uma novidade quase escandalosa por causa das teorias de Darwin), arquitetura, botânica, educação cívica, higiene e profilaxia, geografia, história e literatura portuguesa, etc.

Por sua dedicação e vontade fundou-se, em 1908, em Lisboa, o “Centro Republicano de Instrução e Beneficência Thomaz Cabreira”, onde começou por imperar a doutrinação maçónica e a politização republicana dos seus aderentes e educandos. Esta espécie de pequenos núcleos para a educação de adultos (que por vezes funcionavam como local de reunião dos irmãos maçons), espalharam-se tanto na capital como na província, com aulas nocturnas de classes mistas, dedicadas à alfabetização dos operários. É bem certo também que a maioria desses Centros Republicanos foram verdadeiros alfobres dos movimentos de emancipação feminina, já que nelas davam aulas e se empenhavam no apoio moral das raparigas, muitas grandes figuras do movimento feminista, de que foi flagrante exemplo a algarvia Maria Veleda.<sup>6</sup>

O “Centro Republicano Thomaz Cabreira”, situava-se na Rua do Telhal, n.º 62-1.º, em Lisboa, transformando-se mais tarde numa escola primária para a

---

<sup>5</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita. “As Universidade Populares – O Caso de Faro”, in *Stilus – Revista de Cultura Algarvia*, n.º 4-5, Janeiro/Dezembro, Faro, AJEA Edições, 2001, pp. 187-202.

<sup>6</sup> Veja-se a este propósito as memórias dessa grande mulher do nosso republicanismo, compiladas na obra de MONTEIRO, *Natividade. Memórias de Maria Veleda – feminista, republicana, escritora e conferencista*, Leiria, editora Imagens & Letras, 2011.



Tomás Cabreira, Capitão do exército, quando foi eleito vereador da Câmara de Lisboa em 1908. © Hemeroteca Municipal de Tavira



Emblema usado pelo Supremo Conselho do GOLU, em inícios do século XX. © Hemeroteca Municipal de Tavira

educação das crianças desvalidas, o que obrigou a mudar o nome para “Grupo Beneficência Thomaz Cabreira”. É claro que estas instituições estudantis, perseguiram supostamente desígnios altruístas de benemerência pública, já que se destinavam à educação de crianças negligenciadas ou desfavorecidas. Quanto a isso não há a mínima dúvida, podendo mesmo afirmar-se que o seu objectivo foi amplamente alcançado. Porém, não deixa de ser verdade que foram úteis para a projecção eleitoral e prestígio político de Tomás Cabreiro, assumido fundador e patrocinador financeiro daquele centro republicano. A criação desses centros de educação e propaganda, foi aliás uma estratégia política implementada pelo Partido Democrático de Afonso Costa, que estendeu os seus tentáculos de influência a todo o país, através da fundação dos chamados “Centros Republicanos”, cuja obra de beneficência educativa foi bastante relevante, devendo por isso estar acima de qualquer crítica de cariz partidário.

Um ano depois de implantada a República, fundou-se em 22-3-1911 a Universidade de Lisboa, e em 12-5-1911 extinguiu-se a Escola Politécnica, para em seu lugar nascer a Faculdade de Ciências, a cujo corpo docente estava Tomás Cabreira adstrito. desde há vários anos, como professor de Química Orgânica. Ficou, logicamente, integrado na recém-criada Faculdade de Ciências, onde regeu as cadeiras de Mecânica e de Química durante dezoito anos. Em face da reformulação das novas instituições e dos reajustamentos ao respectivo quadro docente, recebeu oficialmente, a 1-8-1916, o grau de Doutor, atribuído nos termos da Lei n.º 616, de 19-6-1916.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Os três grandes partidos da República, pela necessidade de intervenção de Portugal na I

Neste caso, não houve propriamente uma sessão solene de doutoramento, porque tudo decorreu no âmbito administrativo. Também não se pode dizer que se tivesse tratado de um gesto de aproveitamento político, semelhante a tantos outros que ocorreram nesse tempo. A verdade é que se juntou o útil ao agradável. Mas, também não deixa de ser verdade, que a atribuição do grau de Doutor a Tomás Cabreira foi como que a antecipação de um acto de justiça académica inteiramente merecido, pois que nessa altura possuía um valioso curriculum científico e uma significativa lista de obras.

Na prossecução da sua carreira, em 9-7-1918 seria promovido a Professor ordinário, passando a fazer parte do quadro oficial daquela Faculdade, na conformidade dos novos Estatutos da Universidade, e dos trâmites jurídicos contidos na lei de 12 de Maio de 1911.

### A INICIAÇÃO MAÇÓNICA E O SEU PERCURSO NO GOLU

Tendo-se forma do em Engenharia Civil e especializado em Química, almejou seguir a carreira de professor universitário. Porém, cedo percebeu que para isso teria de abraçar a política e procurar a protecção de um partido, que lhe proporcionasse ascender ao hemiciclo legislativo. Foi através das influências do Partido Democrático e da Maçonaria que pode satisfazer as suas ambições profissionais, mas foi também através dessa velada protecção que logrou expressar suas ideias reformistas, e sobretudo consumir os seus projectos legislativos, em prol do bem comum.

Atraído pela política e pela visibilidade duma vida pública, serviu a nação no exercício de diversas e difíceis funções. Imbuído pelo seu natural espírito de benemerência social e de entrega aos princípios superiores da liberdade, depressa

---

Guerra Mundial, assinaram um acordo de pacificação da vida política, que ficou conhecido por União Sagrada. Para o presidir escolheu-se o chefe do Partido Evolucionista, Dr. António José de Almeida, ficando o Dr. Afonso Costa, do Partido Democrático, com a pasta das Finanças. O Dr. Brito Camacho, chefe do partido Unionista, não quis participar no governo dando-lhe, porém, o seu apoio político. Tratou-se, portanto, de um cozinhado partidário, para evitar desentendimentos no momento crucial em que o país se preparava para entrar na guerra. O primeiro ministério da União Sagrada, teve a duração de apenas 406 dias, ou seja, treze meses e meio, decorridos entre 15 de março de 1916 e 25 de Abril de 1917. No âmbito dessa fusão de interesses político-partidários surgiu a publicação da Lei n.º 616 de 19 de junho de 1919, concedendo às Faculdades das universidades públicas o poder e a autonomia de atribuírem o grau de Doutor aos professores que tivessem três ou mais anos de serviço efectivo e oficial nas respectivas instituições de ensino. Desconfio que essa lei tinha como objetivo salvaguardar a situação profissional de alguns docentes, pois que nela consta ficarem abrangidos na Faculdade de Estudos Sociais e Direito os bacharéis formados: Alberto da Rocha Saraiva, Albino Vieira da Rocha, Soares das Neves e Barbosa Magalhães. Perante esta situação, criada pelo ministro da Instrução Pública, Dr. Joaquim Pedro Martins, não admira que Tomás Cabreira a tivesse aproveitado para seu benefício profissional, requerendo o grau de Doutor, sem necessidade de apresentar e defender provas de Doutoramento.



*Projecto da Reforma da Constituição do Grande Oriente Lusitano Unido, elaborado por Tomás Cabreira e Fausto de Quadros, 1907.*



Composição em formato de templo maçónico, da vereação republicana da Câmara de Lisboa, eleita em Novembro de 1908, presidida pelo farenses José Veríssimo de Almeida.

se sentiu atraído pelas ideias republicanas, razão pela qual se viria a inscrever, em 1887, no partido republicano. Daí até vincular-se na maçonaria foi um ápice. O facto é que na família Cabreira existia, desde longa data, uma forte ligação ao Grande Oriente Lusitano Unido, principalmente da parte do seu primo, o general de divisão Frederico Leão Cabreira (Barão de Faro), que foi, com toda a certeza o principal mentor da sua iniciação, em 23-02-1893, no GOLU – Grande Oriente Lusitano Unido, integrando a “Loja Portugal” n.º 178 do Ritual Francês, sediada em Lisboa, onde adotou o nome simbólico de Sólon. Em boa verdade, tratava-se de uma Oficina<sup>8</sup> na qual se incorporaram oficiais do Exército e da Marinha, com a particularidade de todos se notabilizarem no sucesso da revolução do 5 d’outubro. A escolha de Sólon, como patronímico maçónico, não foi aleatória, pois reflecte as suas intenções de legislador, reformista e democrata. Essas eram, aliás, as qualidades que ornavam a memória daquele ilustre estadista ateniense, um dos Sete Sábios da Grécia clássica, célebre por ter reformado o Código de Drácon. Além disso, Sólon foi um dos fundadores da democracia grega, evocado como um legislador que administrava a justiça com moderação, integridade moral, sabedoria e conciliação.

Estou em crer que a intenção de Tomás Cabreira era a de assumir dentro da Ordem a imagem tolerante, apaziguadora e conciliante do antigo legislador grego. Por isso é que se tornou num dos “irmãos” de maior confiança de Elias Garcia e de Magalhães Lima, históricos caudilhos do maçonismo lusitano. Não admira por isso que no seio do GOLU – Grande Oriente Lusitano Unido, tivesse percorrido um trajecto ascensional, deslocando-se estrategicamente para outras lojas. Assim, quando a loja Portugal “adormeceu”, isto é, ficou inactiva, transferir-se em 28-3-1898 para a loja “Elias Garcia”, mas pouco depois, em 21 de junho, mudou-se para a loja “Comércio e Indústria”, mas no ano seguinte, a 4-7-1899 passou para a loja dos “Cavaleiros da Paz e Concórdia”. Por fim, em 14-6-1902, aderiu à loja “Marquês de Pombal”. Todas as lojas mencionadas encontravam-se activas em Lisboa.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> A designação Oficina é uma herança da tradição maçónica, oriunda dos tempos medievos, que evoluiu para o conceito de reunião em grupo dos irmãos maçons para discutirem, planearem e executarem, certos e determinados objectivos inerentes aos interesses da Ordem. Digamos que as oficinas são reuniões práticas, sem restrição do número de participantes, desprovidas dos ritualismos formais, que se usam nas Lojas e nas assembleias do Templo. Por isso, as oficinas são menos formais e mais “democráticas”, enquanto que as Lojas, são reuniões rituais com um mínimo de sete mestres maçons, a qual deve ter uma designação oficial reconhecida pelo Templo, devendo cada um dos seus membros adoptar um patronímio com o qual se possa identificar o seu carácter pessoal.

<sup>9</sup> Abro aqui um pequeno parêntesis para esclarecer o conceito maçónico de Loja e Templo. Assim, a Loja é o local onde se reúne em assembleia um grupo mínimo de sete mestres maçons, em pleno uso das suas funções efectivas, para a realização dos seus trabalhos ritualísticos. A Loja é o sistema operativo do Templo, digamos assim, sendo por isso que se diz que a Loja é a alma e o Templo é o corpo. Em suma, a Loja é a reunião formal e deliberativa dos maçons, enquanto que o Templo é o local especificamente construído pela maçonaria, para as reuniões e trabalhos de natureza litúrgica. Tal como na religião cristã

A sua devoção ao Templo e à República, associada à fraternidade com que era tratado pelos seus dirigentes, sobretudo Elias Garcia e Magalhães Lima, fizeram-no subir com inusitada celeridade os diversos patamares maçónicos, até chegar em 18-06-1907 ao grau 33 do REAA, e à honrosa posição de Grande Secretário Geral da Ordem. No percurso da sua auspiciosa ascensão, merece especial referência, a sua eleição para a presidência do 9.º e do 13.º Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, cujos mandatos decorreram respectivamente entre 1899-1902, e entre 1907-1908, ficando como vice-presidente entre 1907 e 1908, período marcado por reajustamentos no funcionamento da Ordem.<sup>10</sup> Na primeira das referidas vice-presidências da Ordem, apresentou em co-autoria com Fausto Quadros um projecto de “reforma constitucional maçónica onde reconhecia que a instituição maçónica desde sempre tinha estado na vanguarda das conquistas sociais, e que se ia gradualmente desligando dos acanhados conceitos da política na defesa da fraternidade universal”.<sup>11</sup>

A título honorário foi também membro dos Grandes Orientes do Brasil e de Espanha, tendo sido inclusivamente agraciado com a medalha de honra do Egipto.

## A CARREIRA POLÍTICA

A fraternidade maçónica abriu-lhe portas e forneceu-lhe o passaporte do sucesso na vida académica, e sobretudo na carreira política. A sua entrada na vida política ocorreu em 1894, quando foi eleito deputado pelo círculo de Faro. A sua participação e conseqüente eleição nas listas do PRP – Partido Republicano Português, valeu-lhe a animadversão do Exército que em represália o mandou em destacamento militar para Trás-os-Montes. Ainda assim, conseguiu enviar ao parlamento diversos projectos de leis destinados às grandes reformas económicas do país.

---

(que influenciou a maçonaria), o Templo tem de passar pelo Ritual da Sagração para se tornar num local sagrado, e abrir portas (erguer colunas) para receber e consagrar os irmãos.

<sup>10</sup> Este cargo de Presidente do Conselho da Ordem do Grande Oriente Lusitano Unido, que Tomás Cabreira teve a honra de exercer, seria extinto pela Constituição maçónica de 31-12-1907, mas manteve-se em vigor até 6-3-1908, sendo restabelecido definitivamente pela Constituição de 2 de Janeiro de 1912. A maçonaria após a implantação da República teve um crescimento rápido e exponencial, espalhando-se por todo o país e infiltrando-se praticamente em todas as organizações da vida pública. Os tribunais e as universidades eram os seus principais fulcros de ação e de recrutamento.

<sup>11</sup> António Ventura. *Uma História da Maçonaria em Portugal 1727-1986*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p. 408. Acrescente-se que Fausto de Quadros foi suspenso do cargo de secretário geral da Ordem, pelo decreto de 8-8-1908, assinado por Magalhães Lima e Tomás Cabreira, no qual o acusavam de desviar documentos e objectos valiosos, colocados ao seu dispor pertencentes ao GOLU. No ano seguinte seria irradiado da Ordem, dando origem a uma acesa polémica, de que resultaria o afastamento de muitos irmãos em Coimbra, de onde Fausto de Quadros era natural e usufruía de enorme notoriedade.

Em 1896, fundou-se o Grupo Republicano de Estudos Sociais, de inspiração maçónica e sob o controle do PRP, ao qual aderiram figuras de grande honorabilidade social e cultural, maioritariamente graduadas pelas universidades. Nele se integrou, nos instantes fundacionais, o jovem Tomás Cabreira, deputado eleito por Faro e recém académico, integrado no corpo docente da Escola Politécnica de Lisboa. Uma das funções do grupo era apresentar ideias e projectos para ajudar o partido a afirmar-se tanto no parlamento, como na opinião pública. Sabemos que Tomás Cabreira apresentou numa das reuniões do GRES, um projeto sobre fomento agrícola, no qual considerava urgente a facilitação de crédito aos agricultores, por forma a que pudessem alugar os terrenos não arroteados e neles expandirem a produção cerealífera nacional. Acrescentava também a necessidade de criação de entrepostos rurais, controlados pelo ministério da tutela, onde seriam fornecidos aos agricultores, a preços razoáveis, as sementes e os adubos químicos, tão necessário ao sucesso da safra agrícola. Um dos temas aí abordados é o da fundação dos Bancos Rurais, tendentes ao financiamento agrícola, o que foi sempre um assunto de grande melindre e desconfiança por parte do sector financeiro e bancário do nosso país. Este assunto, o fomento agrícola, viria a ser objecto de análise científica e de pormenorizada fundamentação estatística num dos seus livros de maior afirmação no seio académico.

Tomás Cabreira desempenhou alguns lugares de destaque no seio do PRP – Partido Republicano Português, esse enorme saco de gatos onde se esganhavam diferentes tendências, da direita à esquerda política, que após implantado o novo regime, haveria de pulverizar-se numa vintena de frações eleitorais, que em muito contribuíram para a desacreditação da própria República. Entre outros cargos, importa referir pelo seu relevo político na própria organização do partido, o de Presidente da Junta Distrital de Lisboa e o de vogal do Directório do PRP.

Dessa crescente afirmação pessoal no núcleo dirigente do partido, resultaria a sua inclusão na lista republicana concorrente à autarquia, e, conseqüentemente, a sua eleição, para vereador da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que desempenhou com competência e rigor desde 1-11-1908, até à revolução do 5 de Outubro de 1910.

Apesar de ter sido eleito vereador nas listas republicanas, Tomás Cabreira procurou desempenhar as suas funções com isenção e imparcialidade, mas sentiu sempre grande animosidade contra as suas propostas nas reuniões da vereação. Entre as várias iniciativas que propôs à consideração municipal, destacaremos apenas a aprovação da criação das medidas de higiene e saúde municipal, como foi o caso dos balneários populares, e dos postos de socorros e assistência; na construção civil definiu as características dos bairros sociais e os preceitos técnicos que deveriam ser observados na sua edificação, para evitar a devastação sísmica a que a cidade estava sujeita – isto é o que se pode chamar uma visão de prevenção na arquitectura moderna, procedimento que na capital tem sido, ainda hoje, muito descuidado. Importa também destacar a aprovação da sua proposta de criação da Comissão de Estética da cidade, para a conservação

do património ambiental e cultural da cidade, no seguimento da qual propôs a fundação do Museu Histórico de Lisboa, que ainda existe. As antigas Comissões de Estética, tornaram-se depois mais abrangentes nas suas competências autárquicas, mudando a designação para Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património.

Em 17-7-1911 teve a subida honra de ter sido eleito deputado, pelo círculo de Faro, à Assembleia Nacional Constituinte, o que constitui, sem sombra de dúvida, a sua coroa de glória na vida política.<sup>12</sup> E em 23-8-1912 foi eleito Senador da República.

A primeira vez que lhe surgiu uma oportunidade ministerial foi logo após a eclosão da revolução do “14 de Maio”, chefiada por Norton de Matos, que derrubou a ditadura de Pimenta de Castro.<sup>13</sup>

O governo que lhe sucedeu, chefiado por José de Castro, tentou convencê-lo a aceitar a pasta da Justiça, mas a situação criada pelos republicanos do Partido Democrático, pelos maçons e carbonários, causara enorme instabilidade no país. Daí não aceitar a aventura governativa de José de Castro, que durou entre 17 de Maio e 30 de Novembro de 1915.

Mas, quando o Dr. Bernardino Machado foi mandatado para formar o 7.º Governo da República (que durou apenas 306 dias, desde 9 de Fevereiro a 12 de Dezembro de 1914), reconhecendo o seu talento de economista, convidou-o para sobraçar a exigente pasta das Finanças, certamente legitimado pelo sucesso dos livros que já havia publicado nessa área, nomeadamente *O Problema Financeiro e a sua solução*, e ainda *A Contribuição Predial*. A sua única experiência governativa, iniciada em 9-2-1914, terminaria com a sua exoneração de Ministro das Finanças em 22 de Junho do mesmo ano, segundo se crê por incompatibilidades com algumas figuras proeminentes do Partido Democrático, em que aliás militava desde a sua fundação. Essa traição levou-o a pedir a demissão de militante do Partido Democrático e da vida política, passando a interessar-se pelas instituições tradicionais da nação, inclusivamente a olhar com simpatia a Igreja e a denunciar as perseguições de que a mesma vinha sendo vítima pelo novo regime.

Importa acrescentar que quando Tomás Cabreira ascendeu ao governo, na pasta das Finanças, por convite de Bernardino Machado do Partido Democrático,

---

<sup>12</sup> Vidé [PIMENTEL, Alberto]. As Constituintes de 1911 e os seus deputados – obra compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento. Lisboa, Livraria Ferreira, 1911, pp. 87-88.

<sup>13</sup> A “revolução do 14 de Maio” de 1915 foi liderada por um conjunto de militares e civis, alistados no Partido Democrático, na Maçonaria e no seu braço armado, a temível Carbonária. O chefe da revolução que depôs a ditadura do general Pimenta de Castro (de efémera duração, de 25 de janeiro a 14 de maio de 1915) foi o, então coronel, Norton de Matos, acolitado pelos civis Álvaro de Castro e António Maria da Silva. Era então Presidente da República o Dr. Manuel de Arriaga, que optou pela demissão do cargo, sendo eleito para o seu lugar o Dr. Teófilo Braga, que já havia sido presidente em 1910, mas sem a legitimidade do sufrágio nacional.

não se pense que foi em vão, como acontecia na generalidade dos seus antecessores. Não, Tomás Cabreira, apesar da sua curta experiência governativa de apenas 133 dias, deixou obra feita, com particular relevo no âmbito da nossa balança de pagamentos. Basta dizer que, na vigência da sua responsabilidade governativa, conseguiu pagar 2475 contos da dívida externa flutuante, deixando nos cofres do Estado recursos financeiros superiores aos 864 contos necessários para saldar as restantes prestações da dívida, que se venciam nos meses de Agosto e Setembro de 1914. Mas não só. Conseguiu também resgatar títulos de dívida externa no valor de 475000 libras e títulos internos no valor de 4400 contos. A sua curta passagem pelas Finanças saldou-se, portanto, num saldo positivo de 5639 contos, mercê da sua obstinada dedicação à consolidação da dívida flutuante interna, reduzindo-a para índices sustentáveis no orçamento de estado.

A sua honestidade e competência técnica, numa pasta tão difícil e exigente como a das Finanças, tornava-o bastante inconveniente aos velados interesses da corrupta clientela empresarial do Partido Democrático. A sua carreira política durou apenas quatro meses, por ser honesto e ter uma personalidade demasiado escrupulosa, íntegra e muito arreigada a valores éticos, considerados incompatíveis com a atividade político-governativa.

Em boa verdade, a sua passagem pelo hemiciclo de São Bento e pela efémera poltrona ministerial no governo de Bernardino Machado, não foi de modo algum infrutífera, pois que a Tomás Cabreira se ficou devendo as seguintes propostas legislativas, publicadas em pequenos folhetos, hoje raríssimos espécimes bibliográficos:

“Projeto de Lei 70 – B de 4 de Março de 1912” [visando a então urgente reforma do Ensino Técnico].

“Proposta de Lei de 26 de Fevereiro de 1914” [dedicada ao fomento da habitação social, epigrafado no projeto oficial sob a designação de “Casas Económicas”].

“Proposta de Lei de Maio de 1914” [dedicado à criação dos Bancos Populares, hoje denominados Caixas de Crédito Agrícola Mútuo].



Postal relevado e desdobrável, editado em homenagem à vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa eleita em Novembro de 1908. Desdobrando o nicho central do postal vê-se em primeira lugar o retrato de Tomás Cabreira com a legenda: “condenado a seis meses de prisão por se ter apresentado aos eleitores”. © Coleção Particular Vilhena Mesquita



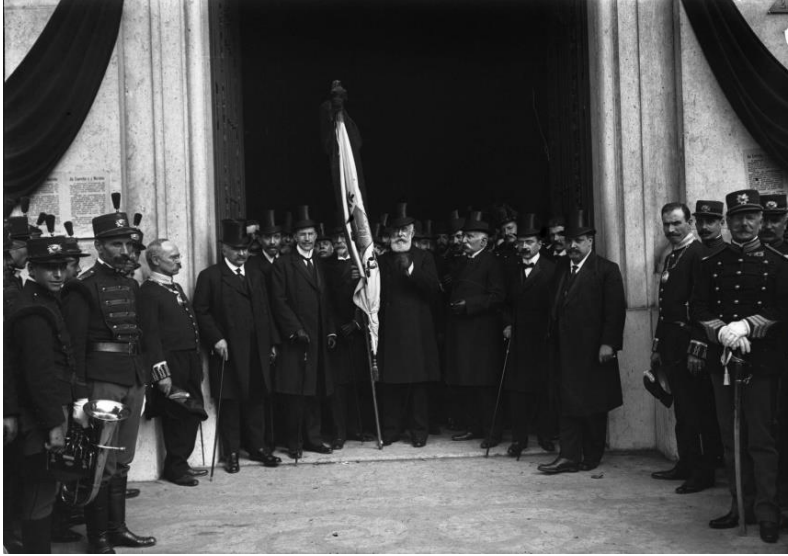
Câmara Municipal de Lisboa engalanada para o funeral de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis, em 16 de Outubro de 1910.  
© Arquivo Municipal de Lisboa

Todos estes projetos e propostas de lei foram bem acolhidos no parlamento, que, após criteriosa análise política, os aprovou e sujeitou à necessária cabimentação orçamental.

Quando se retirou do parlamento, do governo e do partido, expôs aos seus eleitores do círculo de Faro uma espécie de relatório da sua atividade legislativa entre 1911 e 1914, no qual elencou as principais iniciativas por ele apresentadas e discutidas no hemiciclo: criação de um porto franco em Lisboa (aprovado e vertido em lei); reforma integral do ensino comercial; transformação de algumas escolas primárias em escolas primárias agrícolas de carácter regional; irrigação do Alentejo (aprovado no Parlamento e no Senado); reforma do ensino industrial integral; permissão das autarquias para venderem a preços módicos certos géneros alimentícios aos pobres, para impedir o açambarcamento e a carestia de vida; e a criação de Bolsas de Comércio (aprovado e vertido em lei).

Com interesse específico para o Algarve, realçava no seu relatório a criação de um Posto Agrário no Distrito de Faro, com campo experimental para o estudo das culturas algarvias; assim como uma escola móvel agrícola com laboratório de análises e oficina de embalagens agrícolas [confesso que não acredito na exequibilidade, nessa época, de uma escola móvel]; minoração dos custos da tarifa ferroviária na exportação dos produtos industriais e agrícolas do Algarve, extensivo às outras regiões do país (aprovado no Senado); criação de zonas de turismo, com regulamentação do jogo (aprovado pelo Senado); construção de bairros económicos; criação de bancos populares, etc.<sup>14</sup>

<sup>14</sup> CABREIRA, António. *Tomás Cabreira através da vida e através da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 33-35.



A vereação à porta dos Paços do Concelho. Ao centro, segurando o estandarte da Câmara Municipal de Lisboa, Anselmo Braamcamp Freire, e imediatamente à sua direita, Tomás Cabreira. © Arquivo Municipal de Lisboa



Tomás Cabreira segurando o estandarte da Câmara Municipal de Lisboa no cortejo fúnebre de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis. © Arquivo Municipal de Lisboa



No fim da cerimónia fúnebre, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Anselmo Braamcamp Freire, lê o seu discurso. A seu lado direito estão Bernardino Machado e Teófilo Braga e à sua esquerda vê-se Tomás Cabreira. © Arquivo Municipal de Lisboa



Abertura da Assembleia Nacional Constituinte da República, em 1911, presidida por Anselmo Braamcamp Freire. © Arquivo Municipal de Lisboa

## POR FIM A CULTURA, AS LETRAS E O REGIONALISMO

Tomás Cabreira ficou conhecido não somente como um político incorruptível, mas, sobretudo, como um proficiente economista, que dedicou os melhores anos da sua vida ao estudo dos mercados financeiros e do seu efeito na economia política do país. A opinião pública reconhecia nele um espírito superior, imaculado e virtuoso, considerado nos meios académicos como uma das ilustrações de referência nacional. Os seus conhecimentos em Matemática, Química, Economia, Sociologia, História e Arte, enriquecidos pela leitura dos clássicos, pelas viagens às principais capitais europeias, e pela fluência poliglota em espanhol, francês, inglês, italiano e alemão, permitiram-lhe adquirir uma sólida ilustração, certamente uma das mais completas do seu tempo.



Cartaz oficial do IV Congresso Internacional de Turismo, realizado em Lisboa, em 1911. © Sociedade de Geografia de Lisboa

Não obstante toda a sua compleição cultural e científica, a verdade é que a política, e a própria República, só lhe proporcionaram desgostos e desilusões. Por isso, a partir de 1916 abandonou definitivamente a política, dedicando-se à promoção de iniciativas e até de instituições que verdadeiramente ajudassem o país a desenvolver-se na senda europeia do progresso económico e social. Uma das instituições que ajudou a criar foi a União da Agricultura, Comércio e Indústria, da qual seria eleito vice-presidente, tendo anos mais tarde subido à presidência da mesma.

Passou então a colaborar mais assiduamente em diversos órgãos da imprensa nacional e regional, sobretudo no “*Jornal do Commercio*”, onde publicou diversos artigos de carácter técnico sobre economia e finanças. No âmbito regional, colaborou na imprensa de Elvas e do Algarve, com artigos de propaganda republicana, escrevendo também sobre assuntos de carácter financeiro,

género em que foi sempre muito conceituado. Para além da temática económico-financeira, escreveu importantes e esclarecedores artigos sobre arte, turismo e novas indústrias.



A sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão de abertura do IV Congresso Internacional de Turismo, em 1911.

© Sociedade de Geografia de Lisboa



Postal ilustrado, de inícios do século XX, alusivo à Praia de Biarritz, uma das estâncias turísticas mais concorridas da Europa. © Coleção Particular

Vilhena Mesquita

Convencido da importância do associativismo para a vitória da República e, sobretudo para a manutenção do ideário republicano, aderiu a diversas agremiações de carácter cultural, económico e profissional. Como publicista emérito, não escondia o seu orgulho em pertencer à Associação dos Jornalistas de Lisboa, e muito especialmente à Associação da Imprensa Portuguesa, em repre-

sentação das quais participou em diversos eventos internacionais. Lembro que em nome da primeira tomou assento no celebrado Congresso de Imprensa, realizado na cidade de Roma em 1899, e, mais tarde, em 1902; esteve no de Viena, que reuniu os mais célebres periodistas da cultura latina, opondo os seus pontos de vista contra os nacionalistas que na Áustria já defendiam o pangermanismo. Em representação da segunda esteve no Congresso do Livre Pensamento e da Paz Universal, realizado em Paris no ano de 1900; e sobretudo no Congresso de Imprensa, realizado na cidade de Berna, na Suíça, em 1901.

Assinale-se também o facto de na qualidade de presidente da União da Agricultura Comercio e Industria ter sido convidado a presidir às várias sessões do Congresso Económico Nacional, realizado em Lisboa no ano de 1916, de infeliz memória, por nele se ter iniciado a participação militar de Portugal no I Guerra Mundial.



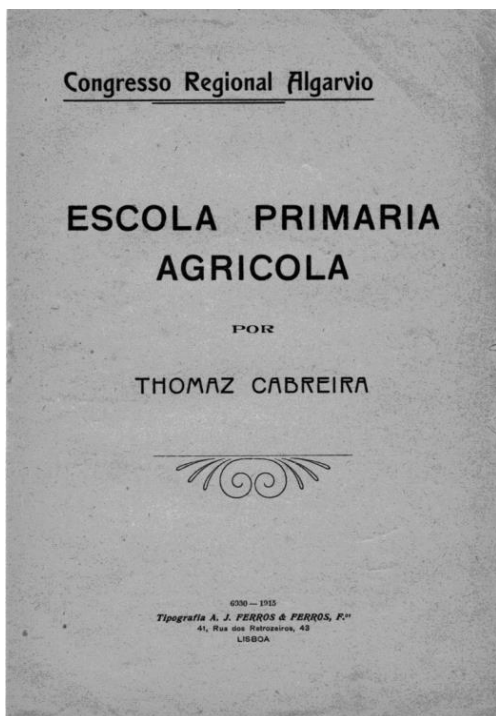
Um trecho da antiga Praia da Rocha, cliché de Adelino Mendes, 1918.

© Colecção Particular Vilhena Mesquita

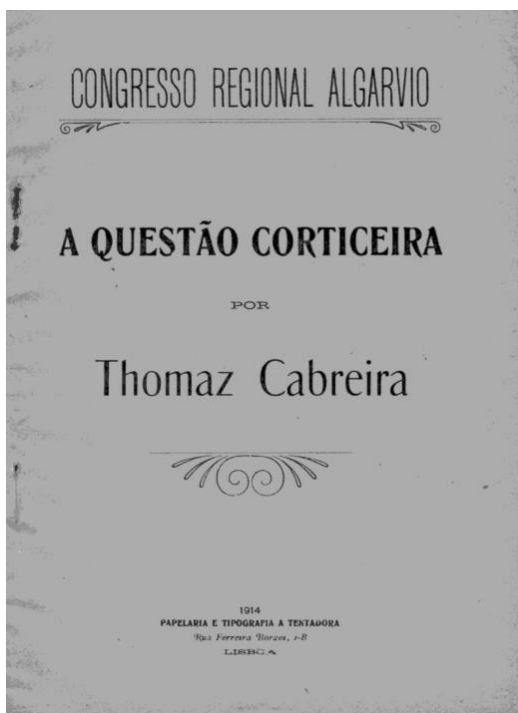
Do ponto de vista regional destaque-se, no ano anterior, em 8-11-1915, a sua nomeação para sócio fundador do Instituto Arqueológico do Algarve, responsável por um vasto leque de iniciativas culturais, geralmente de carácter histórico, realizadas não só em Faro como também noutras cidades do Algarve.

Mas, de entre todas as suas intervenções na região que lhe foi berço, assume particular relevo o papel desempenhado como presidente da Comissão Executiva do Congresso Regional Algarvio, realizado em 1915 na Praia da Rocha, no qual teve honras de figura tutelar do forte e consciente regionalismo que então grassava no Algarve, no decurso do qual apresentou cinco teses, que vão referenciadas na sua lista de obras.

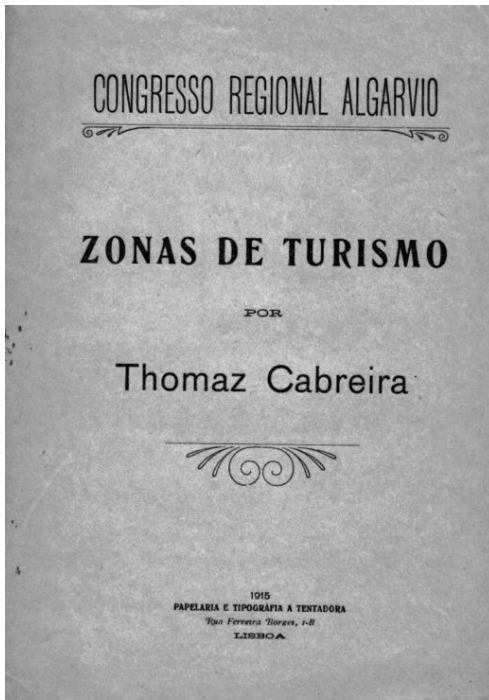
Foi um orador exímio, detentor da última palavra no domínio dos mais recentes conhecimentos científicos, especialmente em assuntos económicos e



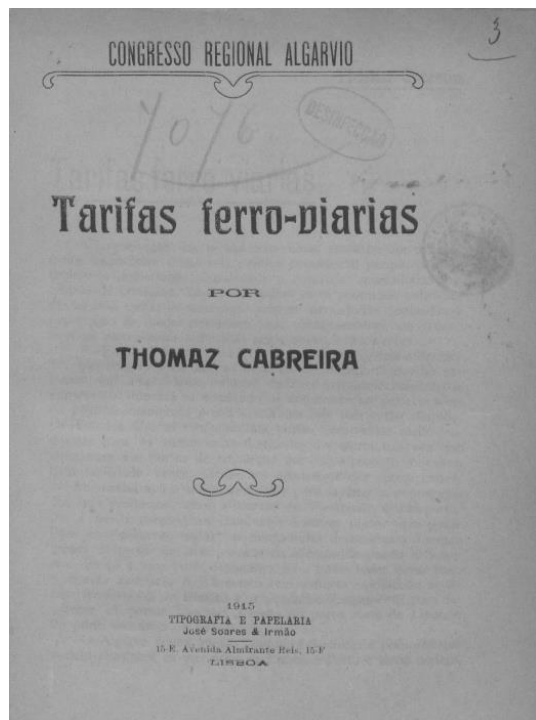
*A escola primaria agricola, 1915.*  
© Colecção Particular Vilhena Mesquita



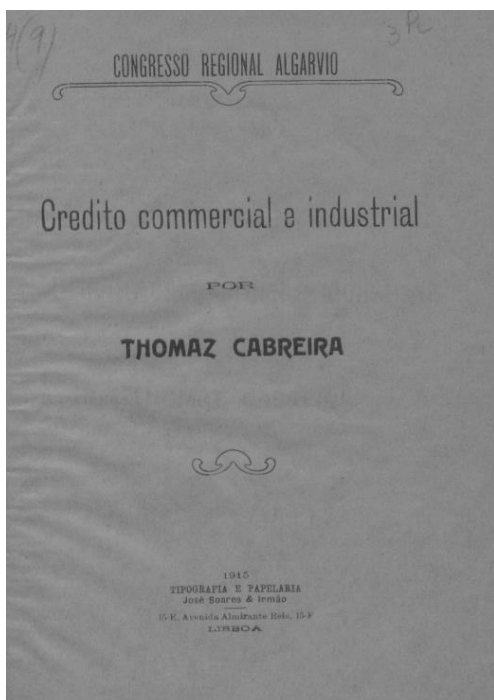
*A questão corticeira, 1915.*  
© Colecção Particular Vilhena  
Mesquita



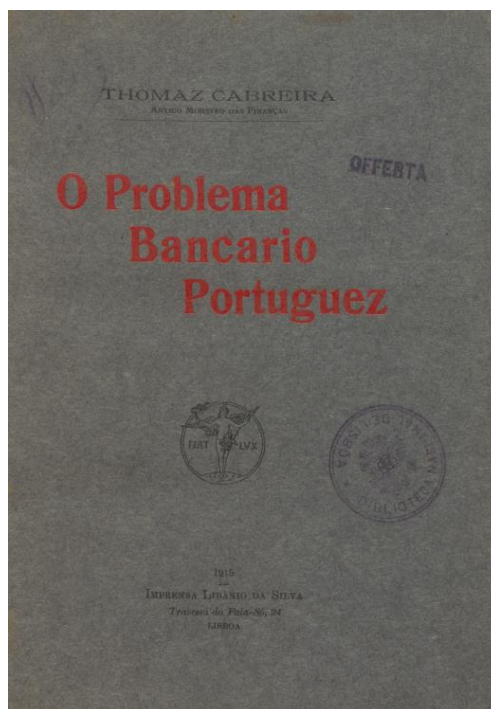
*Zonas de Turismo*, 1915.  
© Coleção Particular Vilhena  
Mesquita



*Tarifas ferro-viárias*, 1915.  
© Coleção Particular Vilhena  
Mesquita



*Credito commercial e industrial*, 1915.  
© Coleção Particular Vilhena Mesquita



*O Problema Bancario Portuguez*, 1915.  
© Coleção Particular Vilhena Mesquita

financeiros. Assim, proferiu dezenas de conferências nos salões da Associação Comercial e Industrial de Lisboa, no Centro Republicano Português, na Associação dos Lojistas, no Ateneu Comercial, na Sociedade de Propaganda de Portugal, etc.

Como estudioso e investigador produziu uma invejável lista de obras, nas quais aborda preferencialmente temas económicos e financeiros, revelando uma notável capacidade analítica e um profundo conhecimento dos problemas financeiros portugueses. O seu pensamento doutrinário e a análise teórica das situações práticas, identificam-no como um economista pragmático e eclético, mas essencialmente alinhado na escola liberal. Os desequilíbrios financeiros das contas públicas, na sua perspectiva, prendiam-se com o contexto político-económico em que o nosso país viveu desde a última década de Oitocentos. Por isso é que Tomás Cabreira, nas obras que deu a público, mostrava-se obcecado com o controle da dívida pública, revelando o discernimento necessário para relacionar as finanças com a atividade económica.

Da sua lista de obra fazem parte os seguintes títulos:

*Princípios de Estereoquímica*, Lisboa, 1896 [constituiu a sua tese de concurso ao lugar de Lente provisório da Escola Politécnica de Lisboa].

*Velásquez é um pintor português*, Lisboa, Livraria Central, 1908, [separata de *Trabalhos da Academia das Ciências de Portugal*, 1.<sup>a</sup> série, tomo I, pp. 147-152].

*O Problema Militar*, Lisboa, 1911.

*O Problema Financeiro e a sua solução*, Lisboa, Imprensa Africana, 1912.

*A Contribuição Predial*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1913.

*O Problema Bancário Português*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1915.

*O Problema Tributário Português*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1916-1917.

*A Defesa Económica de Portugal*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1917.

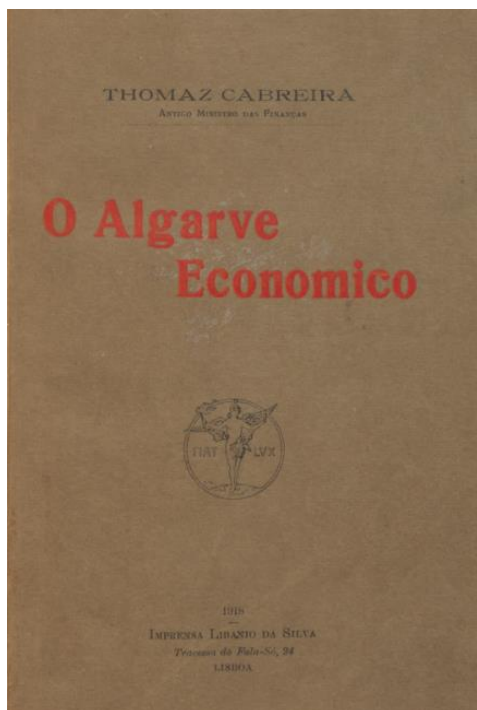
*O Algarve Económico*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1918.

Em tamanho e formato de folheto imprimiram-se as teses que apresentou ao Congresso Algarvio: “Crédito Comercial e Industrial”; “Zonas de Turismo”; “Posto Agrário e Ensino Móvel”; “A Questão Corticeira”; “Tarifas Ferroviárias”; todas datadas de 1915.

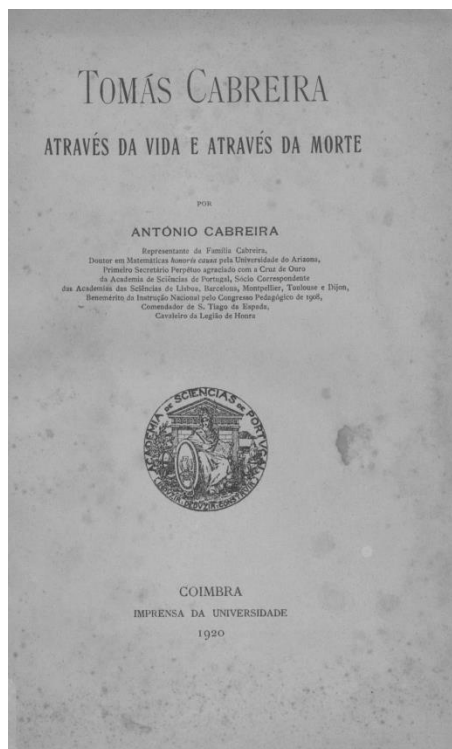
Postumamente, e por iniciativa de seu irmão, António Cabreira, publicaram-se ainda os seguintes livros:

*A Política Agrícola Nacional*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

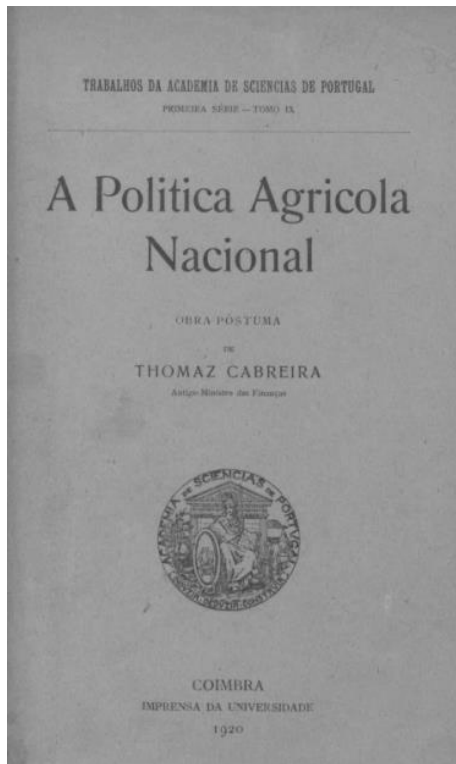
*Sobre a composição da linguagem de alguns povos pré-históricos*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1923.



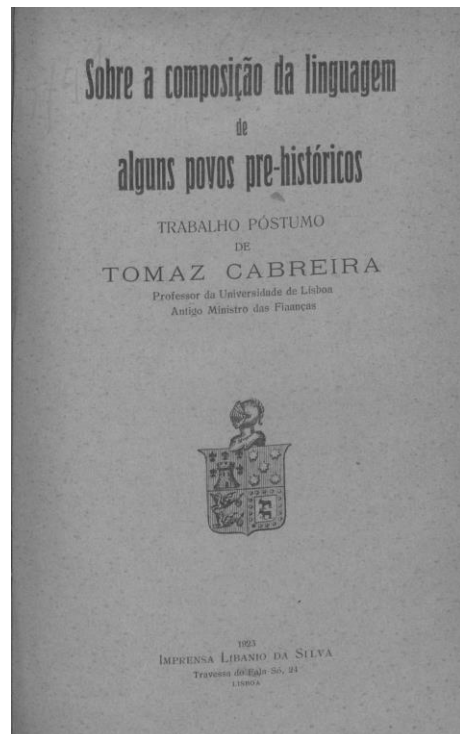
*O Algarve Economico*, 1918. © BNP



*Tomás Cabreira através da vida e através da morte*, António Cabreira, 1918.  
© BNP



*A Política Agrícola Nacional*, obra póstuma, 1920 © BNP



*Sobre a composição da linguagem de alguns povos pré-históricos*, obra póstuma, 1923.  
© BNP

Dentre todos os livros que acabamos de elencar, há um que consideramos de consulta imprescindível para os investigadores da nossa história contemporânea. Trata-se de *O Algarve Económico*, que de há muitos anos a esta parte merecia ser reeditado, não só pela eloquência do texto como, sobretudo, pela argúcia dos temas nele abordados, que são, ainda hoje, os mesmos a que urge dar plena satisfação no contexto regional. Por outro lado, mantém passados mais de cem anos todo o seu valor científico, podendo servir de fonte ao desenvolvimento dos jovens universitários algarvios.<sup>15</sup>

Como publicista, já atrás o dissemos, escreveu em diversos jornais diários e revistas, não só no país como no estrangeiro, sendo que para o Algarve, apenas colaborou em “*O Herald*” (editado em Tavira e depois em Faro), e no “*Districto de Faro*”, em edições de números únicos com carácter comemorativo.

Tomás Cabreira apesar da sua especialização em assuntos económicos gostava muito de falar e escrever sobre assuntos de interesse para o Algarve, nomeadamente sobre património artístico, etnografia, arqueologia e finanças locais, considerando sempre como objetivo da sua vida fazer o Bem, admirar o Belo e procurar a Verdade. A sua erudição e espírito europeísta advinha-lhe do facto de ser um homem instruído, e muito viajado, conhecendo as capitais e as principais cidades da Espanha, França, Bélgica, Holanda, Áustria, Itália, Suíça, Alemanha e Hungria, sendo reconhecido como um poliglota e um apreciador das culturas latina e germânica.

## A VIDA ROMANESCA, BREVE RELANCE

A título de curiosidade acrescentamos que Tomás Cabreira foi um inveterado solteirão, orgulhoso da sua independência e da vida de fêmeiro, que aliás sempre manteve de forma discreta ao longo da sua existência.<sup>16</sup> Mas, houve

---

<sup>15</sup> “*O Algarve Económico* é a monografia mais completa que se tem escrito sobre qualquer localidade. Assim, estuda profunda, detalhada e brilhantemente todos os elementos constitutivos do Algarve, e, em especial, os diversos ramos da sua riqueza, desde as fontes de onde proveem até ao modo técnico e prático de os desenvolver, em ordem a produzirem o máximo rendimento. E veste as ideias e descreve os factos com as galas mais elegantes do seu estilo, com as cores mais vivas do seu génio de meridional.”

CABREIRA, António. *Tomás Cabreira através da vida e através da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 67.

<sup>16</sup> O seu irmão, António Cabreira, encontrou para os seus prazeres de mulherengo uma explicação de ordem “higiénica”, baseada no facto dos “médicos lhe proibirem que lesse ou escrevesse à luz artificial, por causa da grande miopia e outras perturbações visuais de que enfermava. E, então, [passe-se] destinou as noites aos clubs onde se faz música e há muita alegria, onde, portanto, o cérebro se descongestiona, o fígado se desopila e a vida brilha e triunfa”. E, mais adiante acrescenta, talvez com uma pontinha de orgulho e de admiração pelo seu donjuanismo ter sido socialmente democrático, visto que “despertou diversas paixões, tanto na alta sociedade como nas classes burguesas e populares, defendendo-se, sempre, do casamento, como cioso que era da sua ampla liberdade de acção”. CABREIRA, António. *Tomás Cabreira através da vida e através da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 63.

talvez um momento em que se deixou enredar nas malhas da paixão, a ponto de equacionar o matrimónio como desfecho natural e conveniente, tanto às razões do amor como às críticas da sociedade.

Na verdade, Tomás Cabreira, pelo seu estatuto social e elevada ilustração, mas também pelo seu poder económico, costumava viajar pelo centro europeu, evidenciando a sua inteligência e os seus dotes de poliglota, pois que se expressava fluentemente nas línguas latinas, no inglês e alemão. Transitou de comboio pela Espanha, França, Itália, Áustria, Suíça, Hungria, Bélgica e Holanda, em cujas principais cidades sorveu os prazeres turísticos da cultura e da vida social. Numa das suas passagens pela costa basca e sudoeste da França, descobriu a praia de Biarritz, para onde no verão confluía a aristocracia política e financeira da velha Europa latina. Nessa famosa estância turística, frequentava o casino e o nobre Hotel du Palais, ainda hoje o núcleo histórico das elites aristocráticas dos Bourbon, dos Habsburgo e de outras casas reinantes do velho continente. Durante dez anos Tomás Cabreira ali passou as suas férias de verão, que decorriam alegremente, nas idílicas asas de Cupido.<sup>17</sup>

Foi aí que conheceu Maria do Carmo de Portugal de Faria, senhora casada, três anos mais velha, descendente de uma tradicional família da nobreza lusa, despontando entre eles uma secreta paixão, sincera e profunda, mas clandestina e impossível.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> É, mais uma vez, o seu irmão, António Cabreira, quem nos revela a sua passagem por Biarritz, com as mais vivas cores do seu amável sucesso entre as mulheres, e do seu protagonismo no seio das elites sociais da cultura e da finança: “Pois aí as suas relações eram também na sociedade mais categorizada. Dava-se com príncipes e banqueiros, sábios e artistas, militares e juristas. Era convidado para jantares elegantes, para “soirées” escolhidas. Boa propaganda fazia então da raça portuguesa, pela sua apresentação mental e social, raras vezes associadas, lá fora. E era alvo da mesma simpatia de que gozava em Lisboa: as damas apreciavam, em extremo, os seus galanteios e ditos de espírito; os homens admiravam o seu talento e saber, realçados pela linha de uma fidelidade autêntica que conquistava pela bondade e pela gentileza.” CABREIRA, António. *Idem*, p. 62.

<sup>18</sup> Acerca de Maria do Carmo Portugal de Faria, confesso que sei muito pouco. Nasceu no coração de Paris, na famosa Île-de-France, a 7-7-1862, no seio da nobre cepa do conselheiro Augusto de Faria, 1.º visconde de Faria, e de Maria do Ó Barreiros Arrobas de Portugal da Silveira Barros e Vasconcelos. Teve cinco irmãos: Maria Helena de Portugal de Faria, condessa de Portugal de Faria; Júlia de Portugal de Faria; António Cândido de Portugal de Faria, 2.º Visconde de Faria; Guilherme Frederico de Portugal de Faria, e Maria Augusta d'Assumpção de Portugal de Faria. Casou-se em Paris, a 14-6-1886, na igreja de Saint Philippe du Roule, com um aristocrata argentino de origem irlandesa, Thomas de Saint George de Armstrong Villanueva, que usava o título de barão pontifício de Armstrong. Foi um aristocrata de grande relevo, agraciado com as comendas das ordens militares de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, e de Cristo, Cavaleiro da Soberana Ordem de Malta, moço-fidalgo com exercício na Casa de S.M. Fidelíssima o Rei de Portugal. Curiosamente foi também Deputado da República Argentina e condecorado com o Busto Libertador de Simon Bolívar. Do seu casamento nasceu-lhe, a 9-4-1887, uma filha, Maria Elena Justa Armstrong Faria, que usava o título de condessa de Gallerande.

Veja-se a este propósito a obra de António de Portugal de Faria. *Apontamentos Genealógicos sobre a Família Portugal da Silveira*, Buenos Aires, Typographia Portuguesa, 1895, p. 32.

A determinada altura a jovem Maria do Carmo engravidou, eurgia esconder o escândalo da opinião pública. Tratava-se de uma senhora casada, descendente da velha aristocracia portuguesa, cujo marido detinha igualmente os mais subidos pergaminhos de fidalguia irlandesa e argentina, ligado ao exercício diplomático, agraciado com as mais distintas comendas. Tratava-se de uma dama que usava o título de baronesa, e que em Biarritz acompanhava princesas europeias e plutocratas americanos.

Causaria certamente enormíssimo escândalo se esta paixão, entre Tomás Cabreira e Maria do Carmo Faria, não tivesse sido muito camuflada, senão mesmo obliterada ao conhecimento público. Terminava assim uma relação fundada no amor convicto e verdadeiro, mas inconcebível para a época, devido ao facto de envolver um crime de adultério, punível por lei com prisão, como aconteceu com Camilo Castelo Branco.

Tomás Cabreira teve com tudo isto um grande desgosto, até pela razão de nada poder fazer para obstar ao desenrolar dos acontecimentos, separando-se para sempre de Maria do Carmo, com quem mais tarde viria a encontrar-se em Lisboa, mas já numa altura em que a chama da paixão se havia apagado definitivamente. O triste desfecho dessa paixão, deixou-lhe na alma o ferrete do opróbrio e a desilusão do amor. E o certo é que nunca mais voltou a apaixonar-se por ninguém, refutando definitivamente do pensamento a instituição social do casamento. O seu coração tornou-se numa pedra dura e fria, incapaz de algum dia poder experienciar a sensação sublime da felicidade.

Seja como for, ele voltou para Lisboa, onde se dedicou afincadamente à carreira académica, enquanto a Maria do Carmo se refugiou em França, longe dos olhares e da crítica social, aguardando o nascimento do filho, que ocorreu em 1891. A mãe deu-lhe o nome do pai, Tomás António da Guarda Cabreira Júnior, que o perfilhou e requereu nas instâncias oficiais a sua custódia, atribuindo-lhe os direitos sucessórios na herança dos bens de família. Viveu ainda durante algum tempo com a sua meia-irmã, Maria Elena Justa Armstrong Faria, condessa de Gallerande, mas em breve viria para Lisboa, onde viveu rodeado pelos carinhos do pai, que assegurou a sua educação e garantiu o seu sustento com todas as comodidades. Todavia, pouco tempo anos depois acabaria por falecer, deixando o filho órfão.

#### “A MAIOR DOR HUMANA”

“O rapaz usava o seu nome – diria António Cabreira – e possuía igual linha de fidalgo, a par de um verdadeiro talento literário e teatral. Aos 19 anos surgiu-lhe uma doença pertinaz, que se agravou, segundo consta, por motivos de ordem passional, e, depois de queimar todos os seus trabalhos, menos um, e que eram bem interessantes, pôs termo à existência, no Liceu de Camões, cujas aulas frequentava!”<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> CABREIRA, António. *Idem*, p. 63.

Nascido no seio de uma família nobre, abastada no prestígio social e pecuniosa nos bens materiais – mas carente de afectos e destruída de valores morais –, muito cedo ficou órfão de mãe, crescendo na margem clandestina da sociedade purista e elitista a que pertencia. Estas circunstâncias, ocorridas na infância, marcaram-lhe de forma indelével a personalidade, alterando-lhe o desenvolvimento da juventude e o próprio convívio social.

Em 1905 entrou para o Liceu de S. Domingos, depois republicanizado em Liceu Camões, onde acamaradou, entre outros, com Mário de Sá-Carneiro e Gilberto Rola Pereira do Nascimento<sup>20</sup>, uma figura muito curiosa e hoje quase ignorada, o único que repudiou a presença, e a “ensombrada” influência, de Fernando Pessoa no grupo dos jovens futuristas.<sup>21</sup>

Nessa altura de estudante Tomás Cabreira Júnior deu mostras de inatas aptidões para o desenho e, sobretudo, para o teatro, evidenciando até precoces dotes de representação. Teria mesmo confiado ao pai que desejava vir a ser actor. Mas, por consciência ou por influência alheia, descreu das suas aptidões cénicas e optou por confiar no talento literário, abdicando dos sonhos acalentados desde a infância. Nesse sentido escreveu algumas peças, mais ou menos pueris, das quais não temos hoje prova material, por as ter incinerado num momento de fúria e apagamento pessoal. Em todo o caso, sabemos que a sua primeira peça, intitulada “Musmé”, foi escrita após ter lido a obra do imortal Pierre Loti, escritor da academia francesa, no qual inspirou a sua produção dramática. Com o colega Mário de Sá-Carneiro estabeleceria então uma parceria para vida,

---

<sup>20</sup> Sabe-se pouco acerca deste amigo de juventude de Mário de Sá-Carneiro e de Tomás Cabreira Júnior, que também privou com Fernando Pessoa. Só por pequenos trechos memorialistas de quem o conheceu em Lourenço Marques, como funcionário da administração pública, mas ganhando fama como explicador de matemática, que no fim das suas brilhantes lições deixava os jovens alunos completamente fascinados pela magia das equações e de outras operações algébricas. Sei que emigrou para Moçambique e que em 1921 era oficialmente considerado como funcionário do ultramar, de que se aposentou em 1953. Aos alunos que frequentavam as suas explicações, além de os fascinar com as demonstrações matemáticas, também lhes aconselhava a leitura da poesia de Mário de Sá Carneiro, de Fernando Pessoa e de José Régio, que tal como os números conseguiam seduzir as mentes brilhantes dos seus jovens alunos. Diz-se que tinha um rico espólio de cartas e outros documentos relativos à sua amizade com Sá-Carneiro, mas tudo se perdeu. ANTT, Direção-Geral da Administração Pública, Departamento de Integração Administrativa, Processos de Funcionários do Ultramar cx n.º 6120, Proc n.º 100370.

<sup>21</sup> Em diálogo com Hélder Macedo, o sr. Gilberto Rola Pereira do Nascimento, há décadas radicado em Lourenço Marques, na antiga colónia de Moçambique, local de exílio livre e consciente para muitos portugueses, teria afirmado acerca da perniciosa amizade do poeta da *Mensagem* com Mário de Sá Carneiro: “Não, a relação com Fernando Pessoa, o predomínio que o Pessoa adquiriu sobre o Sá-Carneiro, não era saudável, não ajudou. Pessoa alimentava-se com a vida dos outros, sonhava os sonhos dos outros, vivia a morte dos outros, não era uma Ama, não foi o novo GRANDE AMIGO, era o Grande Sombra. Retirou da obra de Sá-Carneiro o que ele escreveu antes de o conhecer, confiscou a *Amizade* e o *Princípio*.” MACEDO, Hélder. “O Sr. Rola Pereira. Recordação de uma recordação de Mário de Sá-Carneiro”, in *Colóquio/Letras*, n.º 117/118, Set-Dez., 1990, p. 35.

quer nas letras quer na intimidade. Foi com ele que escreveu uma revista sobre a vida estudantil decorrida naquele liceu, uma paródia do tipo *vaudeville*, representada pelos alunos que pertenciam ao grupo teatral de Mário Duarte.

Tudo isto vem demonstrar que herdou o talento do pai, escrevendo poemas e peças de teatro, cujo espólio como dissemos tratou de destruir, pouco antes de se suicidar com um tiro de pistola nas escadas do Liceu Camões, onde estudava, a 9-1-1911. Pouco se sabe acerca das circunstâncias que originaram o triste desenlace da sua vida, que parece um trágico golpe de desespero, desferido com raiva contra si mesmo, um grito de revolta contra os estereótipos sociais, uma mensagem dramática de quem pretendia através do seu suicídio, chocar a escola, a sociedade e a opinião pública. A análise das circunstâncias que envolveram este pungente desfecho, é delicada e melindrosa, mas não devemos andar longe da verdade se admitirmos que lhe esteve próximo um desgosto de amor, um motivo de ordem passional, como afirmou o seu tio António Cabreira. Não sabemos com absoluta certeza as razões que motivaram tão infeliz decisão, mas constava entre os colegas que o jovem Tomás Cabreira Júnior, então com apenas 19 anos, teria uma relação amorosa, talvez mais platónica do que física, com uma actriz de teatro, pela qual perdeu o domínio da razão.

Diz-se que se apaixonara pela actriz Maria Matos, cinco anos mais velha do que ele, cuja carreira artística viria a revelar-se fulgurante, não só no palco como também nas letras, visto que escrevia e poetava com grande facilidade e talento. No desenrolar da vida escreveu peças, crónicas e poemas, que publicou em vários livros. Supostamente conheceram-se quando ela estava no D. Maria II, e ainda não obtivera os sucessos que a haveriam de tornar na figura de cartaz do teatro nacional. A mudança de regime em 1910, e os atribulados acontecimentos que se lhe seguiram, mudaram o rumo na vida da actriz, que ainda antes de se transferir para o Teatro Gymnasio (onde foi empresária e alcançou os maiores sucessos) apaixonou-se por um colega do tablado, com quem casou pouco depois.

Na sua íntima sensibilidade, o jovem Tomás Cabreira ficou profundamente destruído pelo desgosto da separação, sobrevivendo-lhe uma melancolia, um sofrimento na alma, que só os poetas, como na “autopsicografia”, conseguem descrever, naquele fingimento de dor que deveras sentem. Por seu lado, os colegas do Liceu Camões, em vez de tentarem amenizar-lhe a dor e o abatimento moral, trataram de ridicularizar-lhe o acto com algumas zombarias, que talvez o tivessem magoado ainda mais. Ferido na dor da paixão, pela dor da ruptura, deixou-se abater numa forte depressão que o levaria ao suicídio.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Sabemos perfeitamente que o seu estado de debilidade psicológica já vinha de trás, pois antes do desfecho trágico, já tentara suicidar-se, embora de forma mais dramática do que eficaz. Os próprios amigos trataram logo de escarnecer a forma leviana como atentara contra a vida, num acto inútil e ineficiente de que nada resultaria, a não ser o ridículo da sua falta de coragem. O amigo comum, Gilberto Rola Pereira, acerca desse frustrado suicídio, fez a seguinte revelação: “O Tomás Cabreira Júnior (co-autor da peça *Amizade*) reapareceu uns dias depois de ter falhado uma tentativa de suicídio com permanganato. A

Curiosamente, também o seu íntimo amigo Mário de Sá-Carneiro pôs termo à existência, poucos anos depois em Paris, a 26-4-1916, impressionado com a repugnância das amizades vazias e desencantado com as frivolidades da vida. A escassez de meios pecuniários para sustento material da vida parisiense, acrescida pelas traições de Eros, apressaram a “libido morrendi”, expressão latina que significa o “desejo de morrer”.

Não resistiu à tentação da morte auto-infligida, que é algo que caracteriza o espírito lusíada, insuflado na alma deste povo forte e corajoso, mas intrinsecamente melancólico e nostálgico, que teme a solidão, a dependência e a inutilidade. Geralmente os portugueses suicidam-se quando já não “prestam”, isto é, quando sentem que a sua velhice incomoda a vida dos outros, geralmente dos que o cercam. Entre os intelectuais, o suicídio parece tornar-se num recurso inevitável, sobretudo quando se veem privados do usufruto dos seus dotes mentais ou dos recursos físicos que lhes permitam enfrentar a vida com a dignidade que a inteligência lhes exige. Foi a privação da visão, recurso essencial na vida de um escritor, que levou Camilo Castelo Branco a desfechar o revólver nos miolos. Em situações mais ou menos semelhantes se despediram da vida por motu próprio alguns génios da nossa cultura, como Antero de Quental, o escultor Soares dos Reis, Trindade Coelho, Florbela Espanca, e tantos outros. O suicídio assumiu-se como um acto heroico e nobre na voz do escritor-médico Manuel Laranjeira, também ele um suicida, ao pronunciar num grito de raiva aquela que podemos considerar como a sentença identitária da nação portuguesa: “*Neste malfadado país, tudo o que é nobre suicida-se; tudo o que é canalha triunfa!*”.

O único texto que escapou à incineradora purga do jovem Tomás Cabreira, foi uma peça de teatro que escreveu (entre os meses de dezembro de 1909 e abril de 1910), em parceria com Mário de Sá-Carneiro, composta em três actos, com a sugestiva designação de “*Amizade*”. E só escapou à sanha do fogo porque estava em casa do co-autor, que em homenagem seu amado companheiro conseguiu que fosse levada à cena pela Sociedade de Amadores Dramáticos, no Teatro do Clube Estefânia, em 23 de Março de 1912.

O tema da peça é peculiar à mentalidade da época, e constitui a enunciação literária do amor impossível, enquanto posse incondicional do outro, como se a paixão fosse uma espécie de fusão dos corpos imateriais, sujeitando a matéria ao espírito, com total ablação da liberdade individual dos amantes.<sup>23</sup> Do ponto

---

surriada foi enorme. Matar-se bebendo permanganato revela alma de sopeira, e ainda por cima, de sopeira falhada. Para a próxima vez não os envergonhasse. Assim fez, porque quando conseguiu matar-se aos vinte anos foi a sério, com um tiro de pistola que mereceu um poema de homenagem do Sá-Carneiro ao “grande corajoso” que na vida ainda alcançou alguma coisa “a morte, e há tantos como eu que não alcançam nada”.

MACEDO, Hélder. *Idem*, p. 32.

<sup>23</sup> Na concepção dramática da peça “*Amizade*” destacam-se dois casais, enleados pelos laços de parentesco, cuja paixão contraria a moralidade conservadora da época. O primeiro casal surge com Ricardo, estudante de Medicina, e Maria, uma inocente burguesinha. São primos em primeiro grau, amam-se desde a infância e pretendem casar. Conheceram-se

de vista literário a peça em si inscreve-se na escola naturalista, mas apresenta-se já inspirada no espírito futurista, visto sobrepujar a criação artística ao sentido filosófico da mensagem, que aliás enforma toda a construção dramatúrgica. É curioso que Mário de Sá-Carneiro prosseguiu essa directriz temática da “dialética do espelho” – reflectida no amor clandestino e na submissão dos amantes à vontade dos corpos – nos textos literários que deu à estampa nos anos seguintes à edição da peça “Amizade”, que escreveu com o seu amigo Tomás Cabreira júnior. Os textos que ambos produziram em conjunto (dos quais não temos hoje qualquer testemunho material, a não verbais recordações da época), parece que exploraram temas considerados na época por inconvenientes, nomeadamente a decadência moral, a impossibilidade dos amores sáficos, a melancolia do quotidiano ronceiro, e a necessidade de pôr cobro a tudo o que fosse banal, conservador e passadio.

Em homenagem à sua memória, numa lutuosa expressão de amizade, num hino à glória perseguida que a morte impedira alcançar, Mário de Sá-Carneiro publicou, em 1912, no jornal académico “Alma Nova” (dirigido por António Ferro), aquele que a crítica considerou como o seu primeiro grande poema, intitulado “A um suicida”.

#### A UM SUICIDA

À memória de Tomás Cabreira Júnior

Tu crias em ti mesmo e eras corajoso,  
 Tu tinhas ideais e tinhas confiança,  
 Oh! quantas vezes desesp'rançoso,  
 Não invejei a tua esp'rança!

Dizia para mim: – Aquele há-de vencer  
 Aquele há-de colar a boca sequiosa  
 Nuns lábios cor-de-rosa  
 Que eu nunca beijarei, que me farão morrer  
 A nossa amante era a Glória  
 Que para ti – era a vitória,  
 E para mim – asas partidas.

---

quando o médico Afonso da Silveira, que acabara de ficar viúvo, aceita o convite do irmão para se juntar à sua família, vivendo na companhia da cunhada, Raquel, e da filha, Maria. Levou consigo o filho Ricardo, com apenas quatro anos de idade. Todavia, o irmão faleceu, e no seio da família desenvolveram-se duas paixões pouco recomendáveis para o espírito da época. Ricardo e Maria tornam-se noivos, Afonso e Raquel tornam-se amantes. Mas as más línguas acusavam Raquel de ser amante de Afonso, muito antes da morte do marido, numa relação clandestina que teria gerado a filha Maria. Isto fazia com que os jovens noivos, Ricardo e Maria, fossem irmãos e não primos. A relação supostamente incestuosa suscita o recebimento de cartas anónimas que deixam Ricardo indeciso entre a vida e a morte. Por fim, surge um personagem apaziguador, Cesário Gil, pintor de sucesso em Paris, que regressa à pátria para rever os amigos, instalando-se na casa onde transforma a sombra do nefando na luz da felicidade...

Tinhas esp'ranças, ambições...  
As minhas pobres ilusões,  
Essas estavam já perdidas...

Imersa no azul dos campos siderais  
Sorria para ti a grande encantadora,  
A grande caprichosa, a grande amante loura  
Em que tínhamos posto os nossos ideais.

Robusto caminheiro e forte lutador  
Havias de chegar ao fim da longa estrada  
De corpo avigorado e de alma avigorada  
Pelo triunfo e pelo amor

Amor! Quem tem vinte anos  
Há-de por força amar.  
Na idade dos enganos  
Quem se não há-de enganar?

Enquanto tu vencerias  
Na luta heroica da vida  
E, sereno, esperarias  
Aquela segunda vida  
Dos bem-fadados da Glória  
Dos eternos vencedores  
Que revivem na memória –  
Sem triunfos, sem amores,  
Eu teria adormecido  
Espojado no caminho,  
Preguiçoso, entorpecido,  
Cheio de raiva, daninho...

Recordo com saudade as horas que passava  
Quando ia a tua casa e tu, muito animado,  
Me lias um trabalho há pouco terminado,  
Na salazinha verde em que tão bem se estava.

Dizíamos ali sinceramente  
As nossas ambições, os nossos ideais:  
Um livro impresso, um drama em cena, o nome nos jornais...  
Dizíamos tudo isso, amigo, seriamente...

Ao pé de ti, voltava-me a coragem:  
Queria a Glória... Ia partir!  
Ia lançar-me na voragem!  
Ia vencer ou sucumbir!...

Ai! mas um dia, tu, o grande corajoso,  
Também desfaleceste.  
Não te espojaste, não. Tu eras mais brioso:  
Tu, morreste.

Foste vencido? Não sei.  
Morrer não é ser vencido,  
Nem é tão pouco vencer.

Eu por mim, continuei  
Espojado, adormecido,  
A existir sem viver

Foi triste, muito triste, amigo, a tua sorte –  
Mais triste do que a minha e malaventurada.  
... Mas tu inda alcançaste alguma coisa: a morte,  
E há tantos como eu que não alcançam nada...

Lisboa, 1.º de Outubro de 1911 (aos 21 anos)  
Mário de Sá-Carneiro

\* \* \*

Infelizmente, pelas razões aduzidas, o coronel Tomás Cabreira não deixou descendência. O único herdeiro dos seus bens passou a ser o irmão, António Cabreira, também ele figura prestigiada na ciência e na cultura nacional.

O inditoso coronel Thomaz António da Guarda Cabreira, a 12 de Setembro de 1918 partiu para férias no Algarve, como aliás fazia todos os anos, mais propriamente para a Praia da Rocha, que passou a frequentar a partir da década de 1890, quando se despediu definitivamente de Biarritz. Nessa altura, já grassava na capital um surto epidémico suscitado pelo terrível *Influenzavirus*, a que chamavam “gripe espanhola”, o qual no nosso país ficou conhecida como “pneumónica”. Entre 1918-19 vitimou cerca de 2% da nossa população (causando oficialmente 135257 mortos), mas que na realidade deve ter chegado às duzentas mil vítimas. Mas, no cômputo mundial teve um efeito devastador, já que ultrapassou os 60 milhões de mortos.<sup>24</sup>

O seu irmão, António Cabreira, ainda tentou demovê-lo a não fazer a viagem das férias para o Algarve devido ao facto de se queixar de impertinentes distúrbios intestinais, que o deixavam débil e anémico. Aconselhou-o a ficar em Lisboa, mas tornou-se impossível dissuadi-lo a abdicar da reconfortante ideia de paz e sossego, que tanto augurava alcançar na idílica Praia da Rocha. Tinha dois livros para concluir, por isso precisava de repouso, e nada melhor do que voltar a sentir o sol e a aragem marinha do seu Algarve natal, para revigorar as

<sup>24</sup> “A pandemia de gripe de 1918-19 foi a doença mais mortífera de todos os tempos, que terá afetado uma em cada três pessoas na população mundial. Em termos de baixas, terá provocado um número de mortos superior ao das duas guerras mundiais juntas. Em Portugal, onde se viviam os tempos atribulados da presidência de Sidónio Pais, a pneumónica poderá mesmo ter sido responsável pela morte de 2% da população, provocando o caos na muito frágil rede de assistência médica.”

SOBRAL, José Manuel; e LIMA Maria Luísa. “A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico”, in *Ler História*, n.º 73, Lisboa, ISCTE, 2018, pp. 46.

forças que o excesso de trabalho haviam esgotado. Porém, na Praia da Rocha sentiu-se entediado pela solidão reinante, devido às restrições suscitadas pela pandemia. Faltou-lhe o convívio feminino e o júbilo obsequioso de anos anteriores. A frequência nos hotéis era escassa e as noites dançantes no Casino estavam apáticas pela falta do convívio feminino.

No dia 1 de Outubro foi para Tavira, ficando instalado como sempre na casa do seu primo, João Pedro Vizetto, administrador dos bens da família Cabreira. Essa casa, creio que hoje já não existe.<sup>25</sup> Quando lá chegou estava triste e deprimido, aliás com a mesma impressão e sentimento com que deixara a sua casa de Lisboa. Mas fisicamente estava pior. Nas cartas e postais que escreveu ao irmão, dizia que continuava debilitado pelas afecções intestinais, acrescidas do temor do contágio epidémico da pneumónica, que proliferava de forma incessante e avassaladora.

A viagem de regresso a Lisboa foi sendo adiada, não só pela escassez de comboios que o governo restringiu ao mínimo, como também pela própria greve dos ferroviários que, ao longo de duas semanas, isolou e praticamente imobilizou as populações a sul do Tejo. Os prejuízos económicos foram grandes, mas nada disso impediu a sanha do contágio, que em 1918, só no distrito de Faro, atingiu a terrível cifra de 6290 vítimas mortais.<sup>26</sup>

A tão inesperada quanto forçada estadia no Algarve prolongou-se por mais de sessenta dias, em que Tomás Cabreira se viu impossibilitado de prosseguir os livros que trazia em mãos, e que sobretudo almejava ver concluídos. Mas, para isso, necessitava com urgência de regressar a Lisboa.

Não se sabe ao certo o que se terá passado nas duas últimas semanas, que precederam o seu fatal desenlace da vida. Deve ter adoecido e para não inquietar o irmão, com quem mantinha acesa correspondência postal, deixou de escrever-lhe. A aflição causada pela cessação das notícias deixou o irmão em sobresalto, a ponto de confidenciar que “estava disposto a afrontar a epidemia que grassava então em Tavira, com horrível intensidade”, mas a resposta que obteve “foi o telegrama fatal, recebido em 6 de Dezembro, pelas 5 horas da tarde, dia em que também a tremenda notícia chegou aos jornais de Lisboa!”<sup>27</sup>

Sempre pensei que Tomás Cabreira tivesse falecido mercê do contágio da

---

<sup>25</sup> Essa casa, que tinha o n.º 14 de polícia, estava implantada no antigo “Largo do Geromin”, designação que advinha do facto de ali existir no lado oposto da rua, o solar do capitão Geromin Vizetto, que era o trisavô de Tomás Cabreira. Mais tarde, com o advento da República, passou o mesmo a designar-se “Largo 31 de Janeiro”, mas em 23-12-1918 a Câmara Municipal de Tavira, em homenagem ao recém falecimento de um dos mais prestigiados filhos da cidade, mudou-lhe a designação para “Largo Tomás Cabreira”.

<sup>26</sup> Cf. Mário Leston Bandeira. “A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica” citado por, SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa; CASTRO, Paula e SOUSA, Paulo Silveira (eds), *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009, pp. 131-154.

<sup>27</sup> CABREIRA, António. *Tomás Cabreira através da vida e através da morte*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, p. 70.

pneumónica, como aliás aconteceu com João Lúcio, o juriconsulto e decantado poeta olhanense, que morrera a 26 de Outubro desse ano, com apenas 38 anos de idade. Tomás Cabreira conhecia-o da política, sabia que ele era um indefectível monárquico, eleito deputado pelo Algarve nas listas franquistas, notável causídico e talentoso poeta. Comoveu-o, por certo, o seu passamento, que deveria ter-lhe servido de aviso, para evitar convívios e redobrar cuidados. Mas, infelizmente, não foram suficientes para evitar o seu triste e solitário desenlace da vida, aos 53 anos de idade.

O médico que assinou a certidão de óbito, exarou como causa de morte uma cirrose hepática, que supostamente o vinha afectando de forma lenta e silenciosa. A esta distância só me ocorre pensar que contraiu Hepatite C, mas nessa época nem se sabia da existência desse vírus, descoberto muito recentemente, em 1989. O vírus da Hepatite A foi revelado na década de 1940 e o da Hepatite B na de 1960. Em todo o caso, é possível que o vírus hepático já existisse antes, embora me pareça que, neste caso, não deve ter sido o causador de tão precoce desenlace. Resta-nos admitir a cirrose alcoólica. Confesso desconhecer quais seriam os seus hábitos de consumo, mas se o médico indicou como causa de morte a cirrose no fígado, então somos levados a admitir que Tomás Cabreira faleceu por causa de uma suposta dependência ou vício alcoólico. Desconfio, porém, que não fosse essa a causa da morte, porque nunca li nada a seu respeito, nem mesmo escrito ou proferido pelos seus adversários políticos, em que se falasse nesse vício. Seria difícil numa figura pública como Tomás Cabreira, tanto na vida política de deputado, senador e ministro, como de professor na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, poder esconder tanto o vício como a decrepitude física provocada pelo álcool. Inclino-me mais para a suspeita



O último retrato de Tomás Cabreira júnior, aos 19 anos, dedicado ao tio António Cabreira. São evidentes as semelhanças físicas com o pai.  
© Coleção Particular Família Cabreira

de ter sido vítima da pneumónica. Mas, não tenho argumentos para contrariar a decisão do médico que exarou a certidão de óbito. Em todo o caso, é essa a causa oficial da sua morte, corroborada pelos próprios familiares.<sup>28</sup>

Foi a enterrar pelas 17,30 horas do dia 5 de Dezembro, no cemitério da Ordem Terceira de S. Francisco, cujos princípios doutrinários e sociais, de humildade e modéstia, eram os que mais se coadunavam com a sua personalidade e carácter. Embora numa situação pandémica, foi autorizada a cerimónia religiosa com cortejo fúnebre, tendo o jornalista e seu particular amigo José Parreira<sup>29</sup>, pronunciado uma alocução laudatória no momento da deposição do féretro. O seu devotado irmão, pelas circunstâncias já aduzidas, não pode estar presente nas cerimónias fúnebres.

A Câmara Municipal de Lisboa, onde fora vereador, mal soube da infausta notícia, aprovou logo no dia 6 de Dezembro, por iniciativa de Adelino Mendes<sup>30</sup>

---

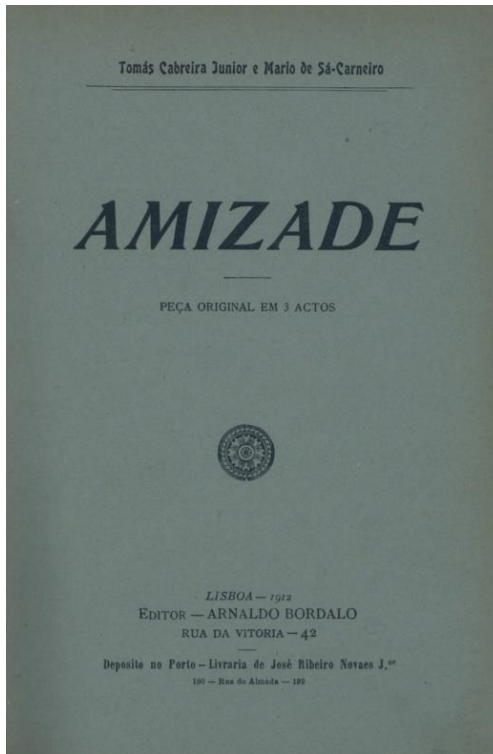
<sup>28</sup> “Por cartas de João Vizetto, soube depois que meu irmão falecera, inesperadamente, no dia 4, às 3 horas da tarde. Certificou o médico, que o victimara uma cirrose no fígado, que lhe vinha minando a existência, sem que ele o suspeitasse. Soube mais que ele proibira meu Primo de me participar a gravidade da doença, quando compreendeu que estava perdido.”

CABREIRA, António. *Idem*, p. 70.

<sup>29</sup> José Parreira, funcionário público e jornalista, nasceu a 9-4-1865 em Loulé, e faleceu em Lisboa a 14-3-1942, com 76 anos de idade. Estudou num colégio de jesuítas em Braga onde adquiriu sólida cultura. Partiu para Lisboa onde começou a ganhar a vida no jornalismo, nas redações *Correio da Noite*, e depois do *Diário de Notícias*. Teve uma vida aventureira, e apesar de ter trabalhado também noutras áreas, o certo é que foi intrinsecamente um plumitivo, detentor de aguerrida pena. E quando os proventos da escrita não chegavam para o sustento teve de ir trabalhar, em 1889, como amanuense na secretaria dos Caminhos de Ferro de Leste e Norte. Começaria aqui um trajecto de vida, cognominado de “Senhor Secretário”, porque devido à sua verve fluente e aguerrida, e ao seu talento para escrever actas e relatórios, foi convidado para secretariar várias e importantes organizações socioeconómicas. Era estruturalmente um homem de esquerda, por isso militou no Partido Progressista, que lhe arranhou um lugar como redactor na Câmara dos Deputados, onde conviveu com o tribuno algarvio José Bento Ferreira de Almeida, de quem se tornaria secretário particular. Foi também secretário da Associação de Jornalistas em cuja representação participou no 8.º Congresso Internacional de Imprensa, realizado em 1902 em Berna, na Suíça, onde encontrou os irmãos Cabreiras (Tomás e António) dos quais se tornou dilecto amigo. Como escrevia bem e estava relacionado com os principais órgãos da imprensa nacional e estrangeira, foi convidado para secretário da mesa da assembleia-geral dos Caminhos-de-Ferro Portugueses e da Companhia dos Tabacos, nas quais chegou a participar nas reuniões de accionistas por possuir uma razoável carteira de títulos. Ficou conhecido pelas suas altercadas intervenções, que por vezes originavam a suspensão dos trabalhos. Como era irmão do Jacinto Parreira, um dos principais organizadores do Congresso Algarvio de 1915, foi convidado para Vogal e apresentar uma tese, intitulada *Cantos, Músicas e Danças*. Coube-lhe a honra de pronunciar o elogio fúnebre de Tomás Cabreira nos momentos que precederam o soterramento do féretro.

<sup>30</sup> ADELINO Lopes da Cunha MENDES, jornalista e escritor, nasceu a 28-10-1878 na então denominada freguesia do Reguengo da Magueixa, que a partir de 1910 passou a designar-se como Reguengo do Fetal, no actual concelho da Batalha, no distrito de Leiria, e faleceu em Lisboa, a 26-08-1963. Começou a sua carreira como professor primário, estreando-se como

– jornalista de grande prestígio nacional, que fizera a cobertura informativa do Congresso Algarvio –, um voto de pesar pela morte do “velho republicano, distinto oficial do exército e ilustre homem de ciência que foi Tomás Cabreira”.<sup>31</sup>



*Amizade*, Tomás Cabreira Junior e Mário de Sá Carneiro, 1912. © BNP

jornalista do jornal «O Portomozense», seguindo depois para «O Século», em Lisboa, no qual viria a ser redactor principal. Foi Arquivista Judicial da Boa Hora e redator do Diário das Sessões no Senado do Congresso da República, onde chegou a tomar assento como deputado, por algum tempo. Passou ainda pelas redacções dos jornais «República», «A Capital» e «Jornal da Tarde», sendo colaborador eventual do «Primeiro de Janeiro» e do «Jornal de Notícias». Foi essencialmente um repórter, assinando importantes trabalhos jornalísticos que hoje são verdadeiros documentos históricos, sobre o “Terramoto de Benavente” (1910), a “Revolução do 5 de Outubro” (1910), o “Advento da República em Espanha” etc. Esteve nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, em 1928, pelo jornal «O Século». Além disso, foi correspondente de guerra em França, em 1917. No fim da sua carreira de jornalista foi condecorado com a Ordem de Santiago.

Como escritor publicou vários livros, de entre os quais destacamos apenas: *Campanha dum Repórter*, (1908); *Terras Malditas*, (reportagens sobre o Douro), 1909; *O Algarve e Setúbal*, (1916); *Cartas de Guerra*, 1917; *Ares de Espanha*, 1930; *A Esplêndida Viagem*, (crónicas) 1945.

<sup>31</sup> CABREIRA, António. *Idem*, p. 74.



**“CLUB ESTEPHANIA”**

Sabbado 23 de Março de 1912  
Às 9 horas da noite

Pela Sociedade de Amadores Dramaticos

A 1.<sup>a</sup> representação da peça em 3 actos, original  
portuguez de Thomaz Cabreira Junior (fallecido) e do  
Ex.<sup>mo</sup> Sr. Mario de Sá Carneiro

**AMIZADE**

DISTRIBUIÇÃO

Afonso.....	Sr. Mario Duarte
Cesario.....	» Garcia Perez
Ricardo.....	» João de Carvalho
João, creado.....	» C. Infante de Mello
Raquel.....	Sr. <sup>a</sup> D. Emilia Ferreira
Maria.....	» » Leopoldina Nilo

Actualidade — Arredores de Lisboa

A 27.<sup>a</sup> representação (por esta sociedade) da charge em 1 acto  
de G. Courteline, traducção de N. T. Leroy

**O COMMISSARIO É UMA JOIA . . . .**

DISTRIBUIÇÃO

O Commissario.....	Sr. C. Infante de Mello
Floche.....	» Mario Duarte
Breloc.....	» Garcia Perez
Dorothéo.....	» Damaso Santos
1. <sup>o</sup> Guarda.....	» Antonio Nunes
2. <sup>o</sup> Guarda.....	» José Ribeiro Nunes
Uma Dama.....	Sr. <sup>a</sup> D. Emilia Ferreira

Paris — Actualidade.

Encenação de Mario Duarte — Ponto I. M. — Contra-regra A. Nunes.

**BAILE**

3781—PAP., TYP., PELOURINHO—LISBOA

Programa da representação de *Amizade* no “Club Estephania”, 1912.

© Colecção Particular Vilhena Mesquita

No parlamento, a 9 de Dezembro, foi aprovado por aclamação um voto de pesar pelo seu falecimento. A vereação da Câmara de Tavira, lavrou em acta de 11 de Dezembro, o seu profundo lamento pela morte do “ilustre homem de ciência e eminente filho de Tavira”, a que acrescentaria na reunião do dia 23, a mudança do nome do “Largo 31 de Janeiro”, para “Largo Tomás Cabreira”, em virtude de nele se situar a casa onde falecera.

Outras autarquias algarvias não ficaram insensíveis à perda deste prestigiado vulto da ciência e do republicanismo, que havia representado o Algarve, não só no parlamento como também nos mais subidos areópagos da cultura em que estivera presente, fazendo alarde das suas riquezas naturais e das suas potencialidades turísticas. A Câmara de Faro, a 6 de Junho de 1919, por iniciativa do seu presidente, o famoso pintor Carlos Augusto Lyster Franco (seu dilecto amigo e companheiro no Partido Democrático), aprovou a colocação do retrato de Tomás Cabreira em lugar de destaque na Biblioteca Municipal, onde o vi durante muitos anos na sala de leitura, ignorando agora o seu paradeiro. A Câmara de Silves, em 20-8-1919 aprovou a cabimentação orçamental de uma verba para subscrever a campanha de angariação de fundos para a construção do mausoléu que se projectava erguer no cemitério de Tavira, para reunir e homenagear os restos mortais da prestigiada família militar dos Cabreiras.

A Câmara Municipal de Portimão, a 18-7-1919 aprovou a alteração do nome da Avenida da Praia da Rocha para “Avenida Coronel Tomás Cabreira” em face de ali se ter reunido, por sua iniciativa, o Congresso Regional Algarvio de 1915.

## A ÚLTIMA MORADA

Tomás Cabreira ficou imortalizado no Algarve, não pela sua obra científica nem pela sua carreira militar, mas tão só pelo facto do seu nome ter sido atribuído à Escola Comercial e Industrial de Faro. Na verdade, os membros do Conselho Escolar da Escola Comercial de Faro, decidiram solicitar ao Governo que fosse atribuído o nome de Tomás Cabreira a essa escola, no que foram oficialmente correspondidos através da portaria n.º 2.576 de 17 de janeiro de 1921. A partir de 1975, mercê das novas circunstâncias políticas emergentes da “Revolução de Abril”, o chamado ensino técnico foi extinto, passando a integrar o ainda hoje designado ensino secundário unificado, razão pela qual passou a denominar-se como Escola Secundária Tomás Cabreira.

Nesta cidade de Faro, como em Tavira e até em Lisboa, possui artérias como o seu nome, o que constitui uma salutar forma de perpetuar a sua memória.

Por fim, o coronel e estadista, Tomás Cabreira, ficou sepultado juntamente com os seus pais, General Tomaz António da Guarda Cabreira e D. Francisca Emília Cabreira, no jazigo da família, sito no cemitério municipal de Tavira, onde posteriormente (a 22-11-1953) seria também depositado o corpo de seu irmão António Cabreira, académico e publicista. O jazigo em si é uma monumental arca funerária, uma peça artística concebida à imagem dos mausoléus reais, sustentada por leões e conforme ao modelo de Alcobça, cercado por um



Mausoléu da Família Cabreira no centro  
do Cemitério Municipal de Tavira. © Tomás Pinto Bravo

pequeno murete simbolicamente decorado com esferas armilares, num revivalismo manuelino tão ao gosto da época. Na face principal da arca, ao centro, ostenta o brasão dos Condes de Lagos, encimando a identificação dos quatro corpos ali jazentes. Na face contrária vêem-se duas cruzes emblemáticas, identificativas das Ordens Militares de Avis e de Santiago da Espada, com as quais foram agraciados alguns dos ali sepultados, na qual se gravou a seguinte sentença: «Eis um momento digno e que a saudade ergueu / Para repor na morte o meu destino lar / Julho 5 de 1928”.

*Francisco Thomaz Cabreira*